



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALICE MARIA GOMES MOURÃO

Memória e patrimônio: Cartilha educacional para preservação do patrimônio histórico e cultural de Jucás-CE

PAU DOS FERROS

2025

ALICE MARIA GOMES MOURÃO

Memória e patrimônio: Cartilha educacional para preservação do patrimônio histórico e cultural de Jucás-CE

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros, Prof. Dr.

PAU DOS FERROS

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

M929m Mourão, Alice Maria Gomes.
Memória e patrimônio: Cartilha educacional para
preservação do patrimônio histórico e cultural de
Jucás-CE / Alice Maria Gomes Mourão. - 2025.
136 f. : il.

Orientador: Gabriel Leopoldino Paulo de
Medeiros.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de , 2025.

1. Memória. 2. Patrimônio. 3. Preservação. 4.
Educação Patrimonial. I. Medeiros, Gabriel
Leopoldino Paulo de, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

ALICE MARIA GOMES MOURÃO

Memória e patrimônio: Cartilha educacional para preservação do patrimônio histórico e cultural de Jucás-CE

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em: 30 / 07 / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros, Prof. Dr. (UFERSA)
Presidente

Gabriela de Andrade Lira Mota Assunção, Prof^a. Dra. (UFERSA)
Membro Examinador Interno

Cíntia Camila Liberalino Viegas, Prof^a. Dra. (CAU-RN)
Membro Examinador Externo

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Antonieta Gomes Bezerra e Antônio da Silva Mourão. Com muito amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Chego a este momento com o coração repleto de gratidão, ao contemplar o caminho trilhado até aqui. A conclusão deste trabalho não representa apenas uma conquista pessoal, mas sim uma vitória compartilhada com todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me guiado e me concedido força para trilhar esse caminho, a Ele, a quem minha mãe me ensinou desde criança a agradecer. Aos meus pais, todo o meu amor e eterno reconhecimento pelo esforço, pela dedicação e pelo apoio incondicional. À minha mãe, Tiêta, que com muita fé e sempre amparada na espiritualidade, esteve ao meu lado em todos os momentos, transmitindo força e coragem. Ao meu pai, que com muito trabalho e esforço, me ensinou o valor da persistência, da responsabilidade e da dignidade. Aos meus irmãos, que são as pessoas mais generosas que conheço, por me fazerem lembrar, a cada reencontro, o que é amor verdadeiro e a alegria de retornar para casa.

Agradeço, com carinho, a todos os amigos que encontrei ao longo da faculdade, companheiros de jornada que dividiram comigo sorrisos, desafios e os melhores momentos desta etapa. Com vocês, a experiência de viver longe de casa ganhou sentido e cor, e Pau dos Ferros deixou de ser apenas um lugar para se tornar também um lar. A todos vocês, meu muito obrigada por cada instante vivido e por todas as memórias compartilhadas que levarei comigo. Meus sinceros agradecimentos a Lara, Helen, Cecília, Vitória Régia, Maykon, Rani, Lucas Trajano e Esterfany, pela convivência, afeto e companheirismo. A Sthan e a Natan, onde pude me encontrar. A Germano, Eduarda, Sâmia, Ana Raquel, Lucas Andrade e Isadora, quem me viram trilhar esse caminho mais de perto, com quem compartilhei noites acordada, e que, assim como eu, encerram agora esse ciclo tão importante.

À Isadora, minha eterna gratidão por estar ao meu lado com tanto carinho e por me amparar nos instantes de cansaço e transformar cada pequena conquista em uma celebração de nós duas. Caminhar contigo é descobrir que a vida pode ser mais leve e compartilhar este capítulo juntas fez cada momento ganhar sentido e beleza. Sou profundamente grata por todo amor, paciência e companheirismo que me ofereceu com tanta generosidade, e se fez meu porto seguro.

Ao meu orientador, professor Gabriel Leopoldino, deixo meu profundo respeito e admiração. Sua dedicação, paciência e competência foram essenciais para a construção deste

trabalho. Suas orientações não apenas enriqueceram a pesquisa, mas também contribuíram significativamente para meu amadurecimento enquanto estudante e pesquisadora.

Por fim, minha sincera gratidão a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que esta etapa fosse possível. Carrego comigo a certeza de que nenhum caminho é trilhado sozinho, e que cada gesto, palavra e presença marcaram este percurso de forma única e especial. A todos, o meu mais profundo e genuíno muito obrigada.

*Preservar espaços, é também, preservar afetos,
porque onde morrem os lugares, morre um pouco
daquilo que vivemos neles.*

Roberto Salomão

RESUMO

A salvaguarda do patrimônio cultural constitui-se como elemento fundamental para a conservação e a valorização da memória histórica de uma sociedade. No entanto, apesar da cidade de Jucás apresentar uma trajetória histórica que remonta a mais de dois séculos, verifica-se um processo gradativo de apagamento de sua arquitetura, a qual constitui um componente estruturante da sua história local. Tal dinâmica compromete substancialmente os esforços de preservação e valorização do patrimônio cultural, revelando um contexto de crescente descontinuidade histórica. Diante desse contexto, propõe-se a elaboração de uma cartilha patrimonial que registre a história e as características das edificações históricas do município de Jucás, ainda presente em sua paisagem urbana. A cartilha reúne os dados coletados durante a pesquisa sobre a cidade e as edificações, apresentando-os de maneira acessível, com linguagem clara e recursos visuais que tornam o conteúdo mais atrativo e compreensível, despertando o interesse da comunidade e promovendo a consciência crítica sobre sua importância. A pesquisa seguiu uma abordagem exploratória e qualitativa, combinando levantamento bibliográfico para embasamento teórico com a catalogação e descrição de exemplares arquitetônicos obtidas por entrevistas e questionários estruturados, registros fotográficos e visitas in loco. Também foi realizado um recorte espacial e temporal para identificar os principais períodos da urbanização do município, permitindo a elaboração de mapas de evolução urbana. O material poderá ser utilizado em contextos pedagógicos em diferentes níveis de ensino, contribuindo para a educação patrimonial, a difusão do conhecimento histórico e o incentivo à participação social na preservação da memória local.

Palavras-chave: memória; patrimônio; preservação; educação patrimonial.

ABSTRACT

Safeguarding cultural heritage is a fundamental element for preserving and enhancing a society's historical memory. However, despite the city of Jucás's history spanning more than two centuries, its architecture, a structuring component of its local history, is gradually being erased. This dynamic aims to stimulate efforts to preserve and enhance cultural heritage, revealing a context of growing historical discontinuity. Given this context, we propose the creation of a heritage booklet that records the history and characteristics of the historic buildings of the municipality of Jucás, still present in its urban landscape. The booklet brings together data collected during research on the city and its buildings, presenting them in an accessible manner, with clear language and visual resources that make the content more engaging and engaging, sparking community interest and fostering critical awareness of their importance. The research followed an exploratory and qualitative approach, combining a bibliographical survey for theoretical support with the cataloging and description of architectural examples obtained through interviews and structured questionnaires, photographic records, and on-site visits. A spatial and temporal analysis was also performed to identify the main periods of urbanization in the municipality, enabling the creation of urban evolution maps. The material can be used in pedagogical contexts at different levels of education, contributing to heritage education, the dissemination of historical knowledge, and encouraging social participation in the preservation of local memory.

Keywords: memory; heritage; preservation; heritage education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recorte Espacial, delimitação da área de estudo	29
Figura 2 - Estrada das boiadas do Ceará no século XVIII.....	49
Figura 3 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, final do século XIX	54
Figura 4 - R. Getúlio Vargas, final do século XIX	57
Figura 5 - Vista para a rua Getúlio Vargas e Honor Lima, início do século XX	57
Figura 6 - Mercado Público e Praça Getúlio Vargas em 1984	58
Figura 7 - Construção da Praça Getúlio Vargas, final da década de 1950	58
Figura 8 - Mercado Público e Praça Getúlio Vargas, 1984	58
Figura 9 - Usina de algodão, 1954.....	60
Figura 10 - Usina de algodão, 1984.....	60
Figura 11 - Rua Honor Lima, por volta de 1968	62
Figura 12 - Vista para a rua Getúlio Vargas e Honor Lima, 1984	62
Figura 13 - Vista aérea da cidade de Jucás, 1983.....	63
Figura 14 - Edificações selecionadas para produção da cartilha	64
Figura 15 - Mapa de Localização das edificações	65
Figura 16 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo	66
Figura 17 - Residência nº 46	66
Figura 18 - Residências nº 106 e 110	67
Figura 19 - Elemento decorativo da janela, residência nº 106	68
Figura 20 - Detalhe das portas internas, residência nº 106	68
Figura 21 - Residência nº 126	69
Figura 22 - Detalhes da fachada, residência nº 126	69
Figura 23 - Detalhe esculpido de portas internas, residência nº 126.....	70
Figura 24 - Abertura com detalhe em arco, residência nº 126	70
Figura 25 - Residência nº 101	71
Figura 26 - Residência nº 101 antes da reforma, década e 1950.....	72

Figura 27 - Antiga moageira de Álvaro Correia.....	72
Figura 28 - Residência nº 12	72
Figura 29 - Fachada residência nº 12	72
Figura 30 - Residência nº 12, década de 1960	73
Figura 31 - Detalhes da fachada, residência nº 12	74
Figura 32 - Modelo do cobogó que formava a antiga mureta	74
Figura 33 - Fachada principal do atual Mercado Público.....	74
Figura 34 - Confraternização social no mercado – fachada direita, década de 1960	75
Figura 35 - Fachada principal do Mercado Público, década de 1930.....	75
Figura 36 - Residência nº 295	76
Figura 37 - Residência nº 299	77
Figura 38 - Residência nº 245	77
Figura 39 - Arcos plenos presente nos vãos internos, residência 245	78
Figura 40 - Detalhes ornamentais em porta interna, residência nº 245.....	78
Figura 41 - Residência nº 215	79
Figura 42 - Antiga Usina de Algodão.....	80
Figura 43 - Capa Cartilha: Onde a história mora, a cidade vive.....	81
Figura 44 - Capa tópico “De Jucás a São Mateus”.....	81
Figura 45 - Modelo dicionário ilustrativo	82
Figura 46 - Apresentação das edificações.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População de Jucás por gênero em 1872	58
Gráfico 2 - População de Jucás por cor e raça em 1872.....	58
Gráfico 3 - População de Jucás por gênero em 1940	58
Gráfico 4 - População de Jucás por cor e raça em 1940.....	58

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de localização, Jucás/CE	20
Mapa 2 - Jucás em 1810	49
Mapa 3 - Jucás em 1845	51
Mapa 4 - Jucás em 1900	53
Mapa 5 - Jucás em 1940	56
Mapa 6 - Jucás em 1980	61

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IMN	Inspetoria de Monumentos Nacionais
SECULT	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
COEPA	Conselho Estadual de Preservação Cultural do Estado do Ceará
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
CEDUC	Coordenação de Educação Patrimonial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS	23
2.1 Materiais e métodos.....	23
2.2 Fontes teóricas e empíricas	23
2.3 Recorte espacial	24
2.4 Catalogação arquitetônica e fotográfico.....	24
2.5 Questionários	25
2.6 Entrevistas.....	25
2.7 Elaboração dos mapas de evolução urbana	26
2.8 Elaboração da cartilha patrimonial.....	26
3 MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL: APORTE TEÓRICO	28
3.1 Cidade e memória.....	28
3.2 Preservação patrimonial no Brasil.....	33
3.3 Educação Patrimonial	37
4 HISTÓRIA E TERRITÓRIO	42
4.1 Os caminhos de gado e a formação da rede urbana cearense	42
4.2 De São Mateus a Jucás: da gênese à consolidação urbana	46
5 ESPAÇO E MEMÓRIA: UM RESGASTE HISTÓRICO DA ARQUITETURA DE JUCÁS	63
5.1 Patrimônio Edificado: caracterização das edificações históricas	64
5.1.1 Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo.....	64
5.1.2 Casa das irmãs	65
5.1.4 Casa dos pináculos	68
5.1.5 Casa do maestro Álvaro Correia.....	70
5.1.6 Casa moderninha	71
5.1.7 Mercado público	73
5.1.8 Residência nº 295 e 299	74
5.1.9 Residência Carnaúba	77
5.1.10 Residência Lima Verde	78
5.1.11 Antiga usina de algodão	79
6 ONDE A HISTÓRIA MORA, A CIDADE VIVE – CARTILHA PATRIMONIAL	80
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	84

APÊNDICES	88
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE A RESPEITO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO LOCAL	89
APÊNDICE B – MODELO DAS ENTREVISTAS	92
APÊNDICE C - CARTILHA ONDE A HISTÓRIA MORA, A CIDADE VIVE.....	92

1 INTRODUÇÃO

A configuração do espaço urbano, tanto do ponto de vista geográfico quanto social, está profundamente conectada à forma como os espaços são habitados, ocupados e interpretados pelas pessoas ao longo do tempo nos seus diversos aspectos. A compreensão dos núcleos urbanos, cuja origem está vinculada a um longo processo histórico de construção do espaço, envolve, sobretudo a evolução física e arquitetônica da paisagem urbana.¹ Deste modo, a arquitetura que se integra a paisagem urbana ao longo dos anos, se constitui como elemento fundante nas dinâmicas territoriais que o conformam.

Em vista disso, a preservação do patrimônio cultural configura-se como elemento fundamental para a compreensão dos processos contínuos que influenciaram a formação dos núcleos urbanos e a trajetória histórica de determinados grupos sociais.² Ao salvaguardar edifícios e espaços significativos, não apenas se conserva a memória material das cidades, mas também se revelam as dinâmicas socioculturais, econômicas e políticas que as estruturaram. Nesse sentido, os exemplares arquitetônicos vão além de suas funções estética ou simbólica, assumindo um papel de destaque por sua importância socioespacial, tanto no âmbito coletivo quanto individual, sendo fundamental na continuidade do legado cultural para gerações futuras.

Nessa perspectiva, com o processo de modernização sofrida pela paisagem ao longo do tempo em consequência do crescimento urbano, somada ao descaso com o conjunto edílico histórico, em parte ocasionado pelo interesse do mercado imobiliário em explorar as áreas históricas, em sua maioria, áreas centrais das cidades, na qual, as edificações são demolidas dando lugar a uma nova, discussões acerca da preservação do patrimônio cultural tornaram-se pertinentes.³

Contudo, ao se tratar da preservação do patrimônio histórico cultural em cidades de pequeno porte, se revela uma necessidade de uma atuação mais efetiva por parte das administrações municipais no que tange à proteção e valorização de bens históricos culturais

¹ COSTA, Everaldo Batista. Refuncionalização de patrimônio cultural e a nova racionalidade da organização socioespacial em núcleos urbanos tombados. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, v.6, n. 2, p. 54 – 74, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/496>. Acesso em: 02 dez. 2024.

² OLIVEIRA, T. D, MUSSI, A. Q., & ENGERROFF, F. Z. (2020). *A preservação do patrimônio arquitetônico e suas relações com o planejamento e desenvolvimento urbano*. *Revista Missioneira*, 22(1), 23-34. Disponível em <https://doi.org/10.31512/missioneira.v22i1.204>.

³ FERREIRA, Anna Cristina; DE ARAÚJO, Natália Vieira. Habitação em áreas urbanas de valor patrimonial: quem pode morar no centro? In: FERREIRA, Anna Cristina et al (Orgs.). *A cidade não para e a memória não perece: a preservação patrimonial e as transformações urbanas na contemporaneidade*. Porto alegre: Editora FI, 2020, p. 20-50.

por meio da implementação de mecanismos legais específicos e eficazes. Embora os desafios inerentes à conservação do patrimônio sejam comuns a municípios de diferentes escalas, nas localidades menores as particularidades locais e as limitações estruturais acabam intensificando essas dificuldades. Enquanto grandes centros urbanos concentram políticas de tombamento, restauro e valorização de seus bens culturais, os municípios de menor porte enfrentam uma realidade marcada pela falta de recursos, desinteresse político e carência de conscientização da própria população sobre a importância da memória local.

Tal contexto se assemelha a cidade de Jucás, município localizado na região Centro-Sul do estado do Ceará, com uma população de aproximadamente 23.922 habitantes. A origem histórica da cidade remonta ao início do século XVIII, inserida no contexto da expansão territorial impulsionada pelas estradas de boi e pela concessão de sesmarias para a ocupação e organização territorial do sertão nordestino. Nesse contexto, os primeiros indícios de sua formação territorial se estabelecem a partir da doação de terras feita a Cosme Ferreira, em 1707, destinada à criação de gado⁴, atividade que viria a sustentar economicamente a região nas décadas subsequentes. Originalmente denominado São Mateus, o povoado teve seu processo de urbanização impulsionado pela construção da capela em 1731 de mesmo nome do núcleo habitacional, consolidando-se como um polo de ocupação e de organização espacial. Contudo, em 1755 a capela é elevada a condição de freguesia desmembrada do curato do Icó e em 1823, recebe o título de vila.

⁴ COUTO, Mons. Francisco de Assis. *Origens de São Mateus: sua formação sócio-eclésiástica*. Crato: Empresa Gráfica LTDA, 1965, p.8.

reconhecimento da importância da educação patrimonial como ferramenta de sensibilização, reflexão e pertencimento, sobretudo quando aplicada de forma acessível e contextualizada às realidades locais. Além de sua relevância acadêmica e social, o presente estudo se justifica, também, em âmbito pessoal, pautada no apreço pela área do patrimônio cultural e no desejo de produzir um material que contribua efetivamente para a comunidade de origem da autora. Ao aliar o conhecimento teórico à prática voltada para a realidade de Jucás, o trabalho busca não apenas resgatar a historicidade da cidade, mas também promover sua valorização entre os moradores, especialmente por meio de ações educativas que fortaleçam os vínculos com a história e que estimulem a preservação.

Ao reconhecer os valores simbólicos, culturais e identitários atribuídos a esses elementos arquitetônicos, o estudo busca promover uma reflexão crítica sobre a importância do patrimônio edificado como testemunho da trajetória social e urbana de Jucás. A valorização dessas edificações não se limita ao seu aspecto material, mas envolve também a recuperação das narrativas sociais que nelas se inscrevem, tornando-as referências significativas para a consolidação da identidade local. Desse modo, o reconhecimento desses bens como parte essencial da história da cidade pode orientar tanto ações de preservação quanto subsidiar pesquisas futuras voltadas à compreensão do processo de formação e transformação do núcleo urbano jucaense.

À vista disso, o objetivo geral do presente trabalho consiste em realizar um resgate histórico da formação urbana e arquitetônica da cidade de Jucás-CE através da **elaboração** de uma cartilha patrimonial ilustrativa como instrumento de memória e salvaguarda dos bens edificados. Para além, buscou-se a priori **historicizar** os eventos que influenciaram o surgimento do povoado de São Mateus e o seu processo de urbanização; **compreender** os conceitos vinculados a temática do patrimônio histórico cultural, como identidade, memória coletiva e educação patrimonial; **promover** a cartilha como ferramenta de conhecimento, incentivando o diálogo entre as gerações para a valorização da arquitetura local e o fortalecimento dos vínculos afetivos com a própria cidade.

Para a realização desta pesquisa, o trabalho estrutura-se em cinco capítulos, acrescido da introdução e das considerações finais, apresentados da seguinte maneira: Em um primeiro momento, delinea-se a abordagem metodológica, detalhando as fontes bibliográficas consultadas, os eixos de análise adotados e as ferramentas utilizadas na pesquisa. Por conseguinte, é apresentado as bases conceituais, discutindo os principais conceitos que permeiam a investigação, tais como cidade e memória, preservação patrimonial no Brasil e educação patrimonial. Para isso, são exploradas as contribuições de autores relevantes nessas

temáticas, a fim de embasar criticamente as análises propostas. Em seguida, é apresentado um panorama histórico sobre o processo de urbanização do sertão cearense, com ênfase no papel das estradas de boi como elementos estruturantes do território. A partir desse contexto, aborda-se a formação do núcleo urbano de Jucás, relacionando-o aos processos sociais e históricos da região.

Para além, o quarto capítulo *Patrimônio Edificado: caracterização das edificações históricas*, realiza-se um levantamento e análise de exemplares arquitetônicos relevantes do município, com o intuito de resgatar a historicidade local. São apresentadas as edificações selecionadas para a elaboração do produto final, identificando suas principais características arquitetônicas, tipológicas e simbólicas. Por fim, o quinto capítulo trata da apresentação do produto desenvolvido: a cartilha.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 Materiais e métodos

O trabalho tem como objetivo reconhecer e caracterizar os bens patrimoniais do núcleo urbano da cidade de Jucás-CE. Nesse contexto, a construção da pesquisa inclui, para além de fundamentos teóricos, as narrativas das memórias dos habitantes locais. À vista disso, o presente trabalho se desenvolveu a partir de uma pesquisa de caráter exploratório, que busca servir como ponte para estudos mais aprofundados e expandir a compreensão sobre o tema, apresentando uma abordagem qualitativa, de modo que explore o contexto social, cultural e individual da arquitetura local.

Para tanto, os procedimentos metodológicos desenvolvidos podem ser divididos em três etapas conforme os objetivos apresentados. A primeira etapa através de pesquisas bibliográficas, introduzindo os conceitos e trabalhos referentes ao tema, servindo como base para o desenvolvimento da pesquisa. Posteriormente, a catalogação e informações dos objetos de estudo por meio de entrevistas, neste caso, os exemplares arquitetônicos escolhidos do município. Por fim, apresentação dos edifícios coletados e apresentação da cartilha patrimonial.

Desta forma, a delimitação de um recorte temporal nos principais períodos históricos no processo de urbanização do município foi estabelecida, bem como a elaboração de entrevistas estruturadas; levantamento fotográfico, histórico e arquitetônico da cidade por meio de visitas in loco foram realizados a fim de analisar a construção histórica urbanística e arquitetônica de Jucás para a elaboração do plano de conservação da arquitetura local.

2.2 Fontes teóricas e empíricas

A princípio, o suporte teórico para a construção da pesquisa concentra-se em fontes bibliográficas com temas relacionados à história e a memória da cidade, arquitetura popular, preservação de edificações históricas e processo de urbanização. Ainda, o uso de fontes primárias como documentos históricos e registros fotográficos; e de fontes secundárias como produções científicas - livros, teses, artigos e dissertações, nortearam o desenvolvimento deste trabalho para a construção e a caracterização histórica arquitetônica de Jucás.

Com base nas temáticas do patrimônio cultural, lugar e memória, autores como Ecléa Bosi (2003), Sandra Pesavento (2005) e (2008), Pierre Nora (1993), Maurice Halbwachs (1990), Maria Cecília Londres (2009) Funari e Pelegrini (2006), constroem a base teórica desta pesquisa. Para além, somam-se os trabalhos de Clóvis Ramiro Jucá Neto e Mons. Francisco de Assis Couto no que diz respeito a historiografia do estado do Ceará e da cidade de Jucás para a

construção do capítulo *História e Território*. Ainda, informações coletadas em campo pelo próprio autor acerca do município, amparado a análise morfológica e catalogação das edificações, complementa as fontes do trabalho.

2.3 Recorte Espacial

Figura 1 - Recorte Espacial: delimitação da área de estudo



Fonte: Adaptado do Google Earth (2025)

O recorte espacial adotado para esta investigação compreende a região central da cidade, área que constitui o núcleo urbano primitivo e que concentra os elementos fundantes do desenvolvimento municipal. Esta delimitação justifica-se pelo fato de que o bairro Centro representa o lugar original de ocupação e expansão urbana, cuja organização morfológica remonta ao século XVIII, período em que a Igreja Matriz, elemento estruturador do tecido urbano, estabeleceu-se como marco referencial para a configuração espacial do povoado.

A escolha por este perímetro de estudo fundamenta-se em três aspectos principais: primeiro, por sua condição de polo gerador do processo de urbanização; segundo, por abrigar o principal patrimônio edificado de caráter histórico-religioso; e terceiro, por manter evidentes as marcas do tecido urbano original, cuja disposição em relação a igreja matriz ainda pode ser identificada na malha urbana contemporânea.

2.4 Catalogação arquitetônica e fotográfico

Inicialmente, para uma primeira análise, foi realizado um “percurso” pelas ruas da cidade com o intuito de observar e situar as edificações de valor patrimonial existente. Com isso, teve-se o centro da cidade delimitado como a principal área de estudo, levando em

consideração a paisagem urbana deste recorte espacial com a maior quantidade de edificações históricas existentes.

Posteriormente, realizou-se visitas in loco para a catalogação arquitetônica por meio de entrevistas e registros fotográficos dos bens patrimoniais. No decorrer das visitas, conversas informais com os moradores, ainda que por meio de perguntas sistematizadas, foram realizadas para compreender a relação da população com o espaço, além de fornecer informações essenciais para o levantamento histórico e cultural da área e informações das edificações. Paralelamente, os registros fotográficos realizados serviram como uma base documental para a análise posterior, complementando as observações feitas durante as visitas de campo e permitindo uma maior precisão no desenvolvimento da pesquisa.

2.5 Questionários

Foi elaborado e aplicado um questionário estruturado (Apêndice A), com o objetivo de identificar, por meio da participação da comunidade local, os bens arquitetônicos considerados mais relevantes para a memória coletiva da cidade. O questionário foi desenvolvido na plataforma Google Forms, permitindo a distribuição por meio das redes sociais.

O instrumento contou com questões objetivas e de múltipla escolha, acompanhadas de imagens ilustrativas de edificações públicas e residências de valor histórico. Os participantes puderam selecionar de três a quatro exemplares de cada categoria que considerassem mais importantes, além de indicar outras edificações não listadas. O formulário também incluiu questões sobre a percepção da população quanto à importância da preservação dessas construções, suas possíveis finalidades e sugestões para ações de salvaguarda.

Essa abordagem metodológica permitiu captar, de forma quantitativa e qualitativa, a visão da população sobre o patrimônio arquitetônico local, contribuindo diretamente, de maneira colaborativa, para a definição dos conteúdos e imagens que compõe a cartilha patrimonial.

2.6 Entrevistas

Conjuntamente as conversas informais realizadas durante as visitas de campo com os moradores, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice B) como instrumento na coleta de informações históricas, com o objetivo de compreender as percepções, memórias e relações dos moradores com os exemplares arquitetônicos presentes na região e a própria história das edificações. O roteiro foi pautado em abordagens sobre memórias individuais e coletivas relacionadas aos bens históricos, a importância atribuída ao patrimônio histórico

cultural para a identidade local, as percepções, propostas e sugestões sobre os processos de conservação e valorização do patrimônio.

Do mesmo modo, perguntas de caráter mais livre foram expressas, contemplando questões abertas que permitissem aos entrevistados expressarem livremente suas opiniões e experiências, capazes de auxiliar a análise e reflexão sobre o patrimônio cultural na própria perspectiva dos moradores.

2.7 Elaboração dos mapas de evolução urbana

A construção dos mapas de evolução urbana fundamentou-se em uma abordagem multimetodológica, que articulou fontes documentais, iconográficas e orais para reconstituir o processo de formação da malha urbana. Como ponto de partida, considerou-se o padrão típico das cidades coloniais brasileiras, onde a igreja matriz funcionava como centro organizador do espaço urbano, com as primeiras ruas e edificações se dispondo em seu entorno.

Para essa reconstituição conjectural, foram empregados três eixos principais de investigação: entrevistas com os moradores das edificações escolhidas para o estudo, que forneceram dados sobre o ano de construção das edificações e a abertura das vias públicas adjacentes; análise de fotografias antigas, que permitiram identificar as características originais das construções e compreender como o espaço se transformou com o passar dos anos; e conversas com historiadores locais, que desenvolvem um estudo sobre a cidade, sendo responsáveis pela criação de um museu para a região e que puderam validar e contribuir com as informações coletadas e contextualizá-las nos processos históricos mais amplos.

2.8 Elaboração da cartilha patrimonial

Após todos os métodos empregados e informações coletadas, a criação da cartilha patrimonial pôde ser iniciada. Na elaboração foram utilizadas como referências algumas diretrizes dispostas no Guia Básico de Educação Patrimonial do Iphan⁵, o livro “Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo”, publicação voltada para o público infantojuvenil, abordando temas ligados ao patrimônio cultural e a educação patrimonial⁶, além da cartilha “Aprendendo sobre o nosso patrimônio Cultural”, na qual discute sobre os conceitos de cultura e do patrimônio cultural, explorando tanto suas dimensões materiais quanto imateriais⁷ e o

⁵ HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

⁶ DANTAS, Ana Carolina. et.al. *Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo*. Brasília: IPHAN, 2020.

⁷ NUNES, Izaurina Maria De Azevedo; ARAÚJO, Robson. *Aprendendo sobre o nosso patrimônio Cultural*. São Luís, MA: IPHAN, 2022.

manual de aplicação “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”, uma ferramenta educacional com objetivos de fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural.⁸

O material ilustrativo foi produzido com o uso de ferramentas digitais, como o Canva e o Photoshop. O livreto contempla a história da cidade, ilustrações das antigas edificações acompanhadas da caracterização dos detalhes arquitetônicos e elementos ornamentais e discursos acerca da preservação do patrimônio cultural. Desta maneira, a cartilha foi criada de forma física para sua distribuição em locais públicos da cidade, como a biblioteca municipal e as escolas, mas também de forma virtual para obter um maior alcance do público.

⁸ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação* / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília-DF, 2016.

3 MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL: APORTE TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo construir uma base teórica que explore três eixos centrais interligados: cidade e memória, preservação patrimonial no Brasil e educação patrimonial. A partir de uma abordagem multidisciplinar, busca-se compreender como as cidades, enquanto espaços de vivência e transformação, atuam como espaços da memória coletiva, refletindo as dinâmicas sociais, culturais e históricas que moldam a identidade de uma comunidade, ressaltando a importância da arquitetura na construção deste cenário.

3.1 Cidade e memória

O conceito de memória abrange diversos campos, incluindo a capacidade humana de adquirir e armazenar informações.⁹ Contudo, serão expostas e discutidas as concepções da memória no contexto social inseridos no âmbito cultural das cidades, portanto, uma memória coletiva e compartilhada, destacando-a como um elemento fundamental para a identidade de um lugar no que tange o debate acerca da arquitetura e preservação do patrimônio cultural de uma cidade.

Partindo de um entendimento antropológico, a cidade é um meio que conecta indivíduos e grupos entre si através das interações sociais e das trocas promovidas pela convivência em comunidade. É, portanto, segundo Sandra Pesavento, lugares dotados de significados e de cargas simbólicas, pois mais do que espaços, são pontos de ancoragem da memória.¹⁰ A cidade é, desta forma, um artifício no processo da construção da memória coletiva, que encontra forma e sentido no espaço, vinculando a memória ao ambiente físico e edificado, pois como bem destaca, o direito a cidade é também um direito à história, à memória e à identidade.

Quando se observa um espaço considerado por sua relevância histórica, esse local é capaz de gerar não apenas recordações, mas emoções e sensações que partem destas memórias capazes de reviver momentos e acontecimentos vividos naquele contexto, os quais ajudam a compreender e explicar a realidade atual, que, em sua forma material, são capazes de evocar a maneira de viver das pessoas que, no passado, os utilizaram.

Habitar uma cidade, viver em espaço urbano é, forçosamente, dotá-la de condições para que nela se exerça a vida para além do tempo do agora, do cotidiano da existência. O presente da cidade, tempo da vida, é um momento no espaço onde se reabilita o

⁹ MOURÃO Junior, Carlos Alberto & FARIA, Nicole Costa. *Memória. Revista de Psicologia Reflexão e Crítica*, v.27, n. 1, p. 780-788, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/prc/a/kpHrP364B3x94KcHpCkVkQM/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 06 fev.2025.

¹⁰ PESAVENTO, S. J. *História, Memória e Centralidade Urbana...Op.*, cit., p. 3.

passado da urbs, material e imaterial, para que nela as pessoas se reconheçam e identifiquem, ancorando suas referências de memória e história.¹¹

Desta forma, a memória é, em síntese, marca da historicidade. Segundo Ecléa Bosi,¹² a memória consiste em elementos que conectam a história de uma cidade a sua sociedade. Trata-se, portanto, de uma memória urbana atrelada a espaços simbólicos que resguarda a memória e a identidade das cidades, contribuindo, sobretudo, a vinculação de um indivíduo a uma coletividade, pois como bem argumenta “a memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto.”¹³

Em consonância ao pensamento proposto por Ecléa Bosi, é importante destacar que a cidade se desenvolve ao longo de diferentes tempos e espaços. À vista disso, o tempo nas cidades está em constante construção, em que o espaço urbano, criado no passado, continua sendo vivenciado na atualidade. A própria cidade narra sua história em uma reinvenção contínua do mundo no espaço, quando estas histórias são rememoradas, um espaço vivenciado se reconstrói.¹⁴

Nessa perspectiva, se a cidade funciona a partir desta construção coletiva, ela também desempenha papel fundamental no processo de rememoração por meio de seus elementos históricos, como a sua própria arquitetura, pois toda cidade é, como afirma Sandra Pesavento¹⁵, “detentora de história e memória”, isto é, a identidade de uma comunidade. Dessa forma, a autora completa:

As identidades são fabricadas, inventadas, o que não quer dizer que sejam, necessariamente, falsas. As identidades, enquanto sensação de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual. [...] Mais do que isso, a identidade se mostra e se exhibe em ritos e práticas sociais, e se dá a ver, como no caso dos monumentos, feitos para lembrar.¹⁶

Alinhado a este discurso de rememoração em um grupo, Maurice Halbwachs, em sua teoria sobre a memória coletiva,¹⁷ argumenta a necessidade dos grupos sociais no espaço para a construção de uma identidade local, e procura compreender a função da memória nessa interação, analisando como as lembranças são preservadas, compartilhadas e reconstruídas ao longo do tempo dentro de um contexto social, uma vez que, para o autor, a memória de um indivíduo é a memória de um grupo. Deste modo, a memória não é algo puramente individual,

¹¹ PESAVENTO, S. J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 2, n. 4, p. 9-18, 2005. p. 14.

¹² BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 15.

¹³ Ibid., p. 16.

¹⁴ ASSUMPÇÃO, Rodrigo Vitorino; FERREIRA, Jane Victal. Narrativas da cidade: uma aproximação entre memória coletiva, cidade e literatura. *Anais do XVII ENANPUR*, v. 1, 2017, pág 3-8.

¹⁵ PESAVENTO, S. J. *História, Memória e Centralidade Urbana...* Op. cit., p.4.

¹⁶ Ibid., p. 4.

¹⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva...* Op. cit., p. 132.

mas algo construído por uma coletividade, sendo assim, uma construção social, na qual se estabelecem os marcos simbólicos, os lugares de memória e os discursos que orientam a forma como os eventos passados são rememorados.

Ainda, é esta construção coletiva que descende das relações sociais, que dar vida a memória das cidades.¹⁸ Rememorar o passado de uma localidade, é sobretudo, registrar imagens e narrativas que lhe atribuem uma identidade urbana, construindo significados e formas de reconhecimento que a tornem única, mas é também evocado por meio dos hábitos, das tradições, dos relatos informais, das narrativas transmitidas de geração em geração e das lembranças que vão além da experiência individual, ou seja, “a memória é, por definição, uma luta contra o esquecimento.”¹⁹

Esta memória coletiva, compartilhada por um grupo e inerente ao significado de pertencimento, contribui, como evidencia Michael Pollak,²⁰ a preservar a unidade dos grupos e das instituições que formam uma sociedade a definir seu papel e sua complementaridade. Pollak disserta como a memória está inserida na construção das relações de sentimento e pertencimento entre diferentes grupos sociais, do mesmo modo que a referência pelo passado tem o propósito de manter a coesão dos grupos que formam uma sociedade. Assim, essa busca pela coesão, pelo passado comum e pelo sentimento de pertença, exprime o sentido de identidade tanto individual quanto coletiva, pois como bem pontua, a memória se constrói nos acontecimentos, nos lugares e com pessoas, logo, não se limita a uma única experiência.²¹ É algo construído no presente, mas em parte herdada, intrínseca ao complexo sentimento de identidade.

Bosi, em seu livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, analisa como a memória também se constitui através dos relatos dos mais velhos como uma influência social e psicológica, fundamentada pelo meio em que se vivem. Bosi dar voz aos idosos, as suas histórias e as suas vivências, resgatando memórias que muitas vezes são marginalizadas e esquecidas pelo discurso histórico oficial. É a valorização das narrativas orais como fontes legítimas de conhecimento histórico.

Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum. [...] As lembranças

¹⁸ PESAVENTO, S. J. *História, Memória e Centralidade Urbana*...Op. cit., p. 3.

¹⁹ Ibid., p.15.

²⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

²¹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal.²²

Em outra de suas obras, Bosi dar continuidade no que concerne à constituição dos aspectos identitários através das narrativas orais.²³ Para ela, a intercomunicação, as conversas informais e as interações sociais cotidianas também são formas de transmitir e preservar a memória. O relato – o *ouvi dizer* –, se constitui como meio de influência nas narrativas históricas, de como os eventos passados são interpretados e transmitidos entre as gerações, contribuindo no sentimento de pertença dos indivíduos. Conforme a autora, relembrar a história é uma forma de aprender e conceber o presente e a si mesmo. Todavia, quando este relato memorialístico é apagado – as histórias contadas pelo os mais velhos – fatos importantes da memória perdem-se no caminho do tempo, pois a oralidade, conforme argumenta, possibilita a compreensão dos acontecimentos para além da história documentada.

A memória oral é um instrumento precioso se desejamos construir a crônica do cotidiano. [...] A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto. A história se liga apenas às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas.²⁴

As histórias e as memórias muitas vezes decorrem da arquitetura de um local – parte intrínseca da cidade – pois são manifestações tangíveis da história de uma sociedade, tornando-se referência material para uma comunidade e comum a todos, o que traz um sentido de identidade. Halbwachs, em seu discurso sobre a memória dentro de uma coletividade, evidencia o papel da arquitetura neste processo de rememoração social, pois para ele, as edificações não apenas simbolizam valores compartilhados, mas também preservam em sua solidez a história e as transformações visíveis do tempo.²⁵

Sob essa perspectiva, os edifícios históricos, os monumentos e as ruas são elementos físicos que carregam as marcas da historicidade e da memória da urbe, funcionando como testemunhos de sua singularidade urbana.²⁶ Consequentemente, as edificações são partes essenciais na formação da memória coletiva, visto que a memória urbana também se estabelece nos espaços simbólicos,²⁷ pois estes servem como marcos físicos que preservam a história e a identidade de uma cidade, o que vai muito além da materialidade do objeto, visto que,

²² BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994. p. 411 e 414.

²³ BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*...Op. cit., p. 15.

²⁴ Ibid., p. 15 e 16.

²⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*...Op. cit., p. 145.

²⁶ ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. 2ª edição, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2001.

²⁷ PESAVENTO, S. J. *Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano*...Op. cit., p. 16

compreende também ao conhecimento das técnicas construtivas local e ao saber-fazer, mas sobretudo, nas transmissões destes saberes arquitetônicos. É a preservação de toda uma história.

Nessa direção, o patrimônio cultural contribui para a valorização e o reconhecimento do que é compartilhado por um determinado grupo social, sendo uma parte essencial da sua identidade ao longo do tempo e no espaço. Contudo, muitos destes elementos quando demolidos ou descaracterizados, provoca a perda do referencial de memória material, pois como bem afirma Aldo Rossi, a preservação da arquitetura depende da memória, que assegura a continuidade da cidade, logo, “a cidade é o locus da memória coletiva”.²⁸ De tal maneira, não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, conservar os espaços que ele utiliza e as manifestações cotidianas de sua vivência. Rossi argumenta:

[...] tratando da arquitetura da cidade, esforçamo-nos por nos referir ao “locus” como sendo o princípio característico dos fatos urbanos; o “locus”, a arquitetura, as permanências e a história serviram-nos para tentar esclarecer a complexidade dos fatos urbanos. Enfim, a memória coletiva se torna a própria transformação do espaço, a cargo da coletividade [...]²⁹

Assim, a arquitetura é algo que se institui como um lugar de memória, atuando como um marco simbólico no processo de rememoração, conhecimento e reconhecimento dos resquícios passados, a fim de conservar os traços do cotidiano, que, de acordo com Maria Célia Paoli, elementos e eventos devem ser lembrados e preservados por sua importância coletiva e pela diversidade que representam.³⁰ Nesse processo, a preservação do patrimônio cultural é essencial porque a existência de uma comunidade está inteiramente ligada ao seu passado, às suas experiências e às mudanças que marcaram a historicidade de seu povo.

Dessa forma, é essencial estabelecer o vínculo entre a comunidade e a arquitetura, garantindo que os espaços construídos continuem a dar significância afetiva entre o indivíduo e o lugar. É sobre preservar as edificações históricas como forma de integrar a historicidade e a memória na transformação contínua das cidades. Preservar o patrimônio histórico cultural é, portanto, estreitamente essa relação entre os locais e as interações humanas que a eles estão associados.

²⁸ ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade...* Op. cit., p. 198.

²⁹ Ibid., p. 198.

³⁰ PAOLI, Maria Célia. *Memória, história e cidadania: o direito ao passado*. In. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

3.2 Preservação patrimonial no Brasil

No Brasil, as discussões acerca da preservação de objetos de valor histórico e artístico, principalmente dos bens imóveis, passou a ser vista como uma questão politicamente relevante a partir da década de 1920, influenciada pelo movimento modernista, em particular pela Semana de Arte Moderna. A ausência na preservação desses bens, sobretudo os bens relacionados à arte colonial e o abandono das cidades históricas, despertou a atenção dos intelectuais modernistas, gerando assim o debate das questões patrimoniais pelo país, com o objetivo de construir uma identidade nacional por meio de uma ideologia política nacionalista.³¹

Dessa maneira, com os acontecimentos provenientes do movimento modernista, surge em alguns estados na década de 1920 as primeiras ações de institucionalização referentes a preservação patrimonial, as Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos, e em 1934, durante o governo Vargas, a criação do primeiro órgão federal de preservação do patrimônio cultural, a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), além da atribuição ao Estado sob a constituição deste mesmo ano, a preservação dos monumentos de valor histórico, artístico e cultural.

Nesse cenário, ainda que tais mecanismos não tenham alcançado nenhum efeito prático, eles fomentaram uma discussão na preservação do patrimônio artístico cultural. Consequente, surge em 1936, de maneira provisória e definindo como patrimônio histórico artístico e nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país, o primeiro órgão nacional de preservação patrimonial – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – hoje o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com suas atividades regulamentadas em 1937 pelo Decreto-Lei nº 25.³²

Assim, como afirma Antonio Gilberto Nogueira,³³ apoiado nas discussões de Maria Cecília Fonseca, o decreto trouxe consigo, além da concepção de patrimônio baseada nos valores de monumentalidade e excepcionalidade, a implementação do tombamento e do restauro como instrumentos únicos e essenciais na preservação e conservação dos bens culturais, sendo focada na "sacralização da memória em pedra e cal". Desta forma, a prática de preservação ficou restrita ao processo de tombamento e em grande maioria, das expressões de

³¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. Ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2009, p. 81.

³² BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Regulamenta o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1937, art. 1.

³³ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 45–67, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19969>. Acesso em: 8 fev. 2025. p. 56

tradição luso-brasileira do período colonial, em que, como destaca Fonseca,³⁴ restritas à etnia branca, ao catolicismo, as classes dominantes e as edificações símbolo do poder estatal, como os fortes, casarios, mosteiros, igrejas e quartéis.

Ocorre que na historicidade de criação e consolidação do SPHAN, pode-se afirmar que as atividades preservacionistas, como a seleção de bens para tombamento, a definição de critérios para restauração, entre outras decisões, ficou centralizada nas mãos de um grupo muito restrito de técnicos.³⁵ Essa centralização acabou gerando uma abordagem limitada e muitas vezes distante das realidades locais, o que dificultava a implementação de políticas de preservação que considerassem as especificidades regionais e a diversidade cultural do país. Além disso, ao restringir o poder de decisão a um grupo seleto, o processo preservacionista se tornou menos acessível e menos representativo socialmente.

Isto posto, ressalta-se que mesmo com a organização do SPHAN e as alterações contundentes durante os anos subsequentes, as políticas de preservação patrimonial no Brasil adotaram uma abordagem predominantemente estética em detrimento dos aspectos históricos, deixando assim de incorporar conceitos da historiografia nacional, concentrando-se em especial nos exemplares de herança portuguesa – o barroco mineiro passou a ser visto como um representante da arte e da cultura brasileira – era considerado uma primeira manifestação arquitetônica artisticamente brasileira, de modo que não houve a inserção do legado cultural de outras etnias presentes no território brasileiro. Como bem reflete Fonseca:

[...] se houve uma preocupação de elaborar critérios para a avaliação do valor artístico dos bens, o mesmo não pode ser dito em relação ao valor histórico. [...] a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominante estética.³⁶

Essa abordagem priorizou, muitas vezes, a arte erudita e monumentos que representavam feitos históricos, em detrimento de manifestações culturais populares e de tradições locais. A elitização do patrimônio suscitou a desvalorização dos bens patrimoniais de cidades interioranas, onde a “representação de patrimônio nacional” considerada pelo Estado, concentrava-se principalmente nas grandes cidades dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco, criando uma identidade nacional estereotipada e de favorecimento a uma elite.

³⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil...* Op. cit., p. 105

³⁵ Ibid., p. 113.

³⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil...* Op. cit., p. 114.

Como resultado, a preservação de aspectos culturais mais amplos e diversificados, como as manifestações de arte popular brasileira, ficaram em segundo plano, limitando a construção de uma identidade mais inclusiva e representativa, o que gerou de acordo com Mônica Mongelli,³⁷ a perda de bens significativos devido ao não reconhecimento e a não proteção do Estado, por estes não serem considerados bens de valor nacional.

Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini refletem:

Assim, embora a implantação de leis voltadas para a defesa do patrimônio histórico tenha representado um avanço no campo da preservação da memória social dos países latinos, os fundamentos que informaram essas práticas iniciais acabaram provocando a expropriação cultural da maior parcela da população, não se viu reconhecida nos majestosos exemplares da arquitetura pública ou religiosa.³⁸

A partir da década de 1970, marcada como um período de transição, a política de preservação patrimonial no Brasil começa a passar por importantes transformações, impulsionadas por novas concepções e abordagens em relação ao que constitui o patrimônio artístico cultural, os quais reafirmavam que a ação em defesa do patrimônio devia se desenvolver de forma independente da ação do tombamento.³⁹ Com isso, ocorre uma ampliação da visão sobre o patrimônio, que deixa de ser focado apenas nos bens materiais, como monumentos e obras de arte eruditas, para incluir também manifestações culturais populares e aspectos imateriais, como também, houve uma maior preocupação com a integração dos conjuntos arquitetônicos e o espaço físico que eles ocupam.

Para além dessa ampliação conceitual, surgem novas formas de gestão do patrimônio. É neste momento, com os Compromissos de Brasília e Salvador, que a responsabilidade federal pela preservação do patrimônio histórico e artístico cultural passa a ser dividida com os governos estaduais e municipais com base na descentralização das políticas de preservação, que até o momento cabia apenas ao Estado.⁴⁰ Como resultado, órgãos estaduais de preservação e legislações locais de proteção são criados e a política de preservação começa a se integrar a dinâmica das cidades e ao cotidiano da população.

Neste cenário, o governo federal atrelou os monumentos à atividade turística, buscando a sua valorização econômica com a implementação do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PHC), no Norte e Nordeste, que tinha por objetivo gerar infraestrutura para o

³⁷ MONGELLI, Mônica. *Natureza e cultura: práticas de preservação patrimonial no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p.53.

³⁸ FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra De Cassia Araujo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 57.

³⁹ CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, 2014.

⁴⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil...* Op. cit., p. 142.

desenvolvimento e apoio às atividades turísticas, além de utilizar os bens culturais como fonte de geração de renda, promovendo a revitalização de monumentos que estavam em processo de degradação, suprimindo assim a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN, o que colaborou na criação de órgãos locais que conseguiram dar suporte à preservação e à gestão do patrimônio cultural.⁴¹

Deste modo, cabe aqui e é válido ressaltar, diante da inserção em âmbito estadual da cidade de objeto de estudo, o papel da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT) por meio do Conselho Estadual de Preservação Cultural do Estado do Ceará (COEPA) – órgão responsável na preservação do patrimônio cultural cearense – a incumbência de formalizar, deliberar, cooperar, difundir e decidir os instrumentos de proteção e diretrizes a serem obedecidas na política de preservação e valorização dos bens culturais; além do encargo nos processos de tombamento.

Esse novo cenário traria também, como mecanismo de proteção e de maneira autônoma, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), considerando que havia a necessidade de criar estratégias para prevenir a desvalorização dos bens culturais nacionais diante do rápido processo de desenvolvimento econômico, em meio a preocupação com a valorização da diversidade regional.⁴² Formulou novas estratégias acerca de uma produção cultural popular brasileira mais ampla, visto que, para Aloísio Magalhães, coordenador do CNRC, a produção cultural no Brasil necessitava de uma base sólida, principalmente devido à escassez de conhecimento sobre a própria cultura brasileira.⁴³ Isso ocorreu, em grande parte, pela ausência de uma organização adequada nos estudos e pesquisas realizadas para aprofundar o entendimento sobre diversos aspectos culturais. Com isso, a concepção de patrimônio cultural, pelo Estado brasileiro, passa a integrar seu conceito de patrimônio adequando-o à diversidade cultural, considerando o conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e costumes dos diferentes grupos sociais, fundamentando assim conceitos incorporados à Constituição de 1988.⁴⁴

Em virtude de todos estes instrumentos preservacionistas, o Brasil alcançou um avanço significativo em sua política de preservação do patrimônio cultural, principalmente a partir dos

⁴¹ CORREA, Sandra & FARIA, Rodrigo. O Plano de Cidades Históricas (PCH) no planejamento governamental brasileiro e o desenvolvimento urbano e regional (1973-1979). *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, 2011. 20. 10.11606/issn.1984-4506.v0i14p20-27.

⁴² DUTRA, Maria Vitória de Moraes. *Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado*. 2017, p. 32-34.

⁴³ MAGALHÃES, Aloísio Sérgio Barbosa. *É triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. 1976, p. 116 apud DUTRA, Maria Vitória de Moraes. *Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado*. 2017, p. 33

⁴⁴ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Art. 216.

anos 2000,⁴⁵ diante dos princípios modernizadores estabelecidos pela Constituição de 1988, ao contemplar os bens materiais e imateriais. A vista disso, a implementação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), deu destaque a cultura popular e proporcionou “projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro.”⁴⁶

Ademais, programas como o Monumenta (2000) e o PAC Cidades Históricas (2009) incrementa as políticas de preservação criadas pelo IPHAN. Contudo, vale ressaltar, além dos já citados, que o uso de inventários, registros, cartilhas, leis de incentivo cultural, entre outros meios, são mecanismos de salvaguarda do patrimônio histórico e artístico cultural brasileiro. Portanto, é a partir dessas ações que o Estado certifica a consolidação da cultura e da identidade nacional, bem como a democratização do acesso aos bens culturais com uma maior participação social no processo de preservação, além de que, estes instrumentos vêm assegurando desde os primeiros passos desta política preservacionista a manutenção e criação de memórias, mas também a promoção de um senso de continuidade e pertencimento entre as gerações.

3.3 Educação Patrimonial

Considerando os temas abordados no âmbito da conservação do patrimônio cultural e da relação entre o espaço urbano e a identidade coletiva, torna-se essencial para o avanço desta pesquisa compreender o funcionamento dos mecanismos de proteção, com vistas a propor ações eficazes diante dos problemas detectados. Nesse sentido, procurou-se analisar o papel da conscientização e da participação social nesse processo, destacando a importância da educação patrimonial como ferramenta para a valorização e preservação do patrimônio cultural.

A educação patrimonial consiste em um processo contínuo e organizado de prática educativa, tendo como base o patrimônio cultural como principal fonte de conhecimento e enriquecimento, tanto individual quanto coletivo.⁴⁷ Esse enfoque implica utilizar os elementos e manifestações culturais como fundamento para ações pedagógicas, analisando-os, refletindo sobre eles e explorando suas múltiplas dimensões, que podem ser transformadas em conceitos e saberes.

⁴⁵ CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, 2014.

⁴⁶ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)*. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programa-nacional-do-patrimonio-imaterial-pnpi>. Acesso em: 23 fev. 2025.

⁴⁷ HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999. p. 4 e 5.

De acordo com a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc) do IPHAN, educação patrimonial abrange todas as práticas educativas, sejam elas formais ou informais, que se concentrem no patrimônio histórico e artístico cultural, entendido como um recurso socialmente apropriado para a interpretação sócio-histórica das expressões culturais em suas diversas formas.⁴⁸ Seu objetivo é contribuir de forma ampla para o reconhecimento, a valorização e a preservação dessas referências culturais, enfatizando a construção coletiva e democrática do conhecimento.

Há algum tempo, a educação patrimonial tem sido uma ferramenta adotada por instituições de ensino e iniciativas culturais como meio de fortalecer a identidade e promover a cidadania. Diante da necessidade de aprimorar a organização e a estrutura das iniciativas educacionais dentro das políticas de preservação, o IPHAN criou e implementou ações que orientam as abordagens educativas voltadas à preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro.⁴⁹ Essas ações envolvem uma série de atividades e eventos cujo objetivo central é a discussão e o desenvolvimento de diretrizes teóricas e conceituais, fundamentais para a criação e execução de programas e projetos de práticas pedagógicas que serão aplicadas em diferentes contextos, garantindo a continuidade e a efetividade das ações de educação patrimonial.

Nesse sentido, a Portaria/Iphan nº 137/2016 é um marco legal significativo, pois define diretrizes para a educação patrimonial dentro do Iphan e das Casas do Patrimônio.⁵⁰ Seu objetivo é apresentar referências educacionais, vinculando-a à preservação e valorização do patrimônio cultural e destacando princípios fundamentais no que concerne a participação de diferentes grupos sociais na criação e implementar das ações educativas. Para além, vale ressaltar que o Guia básico de educação patrimonial, publicado em 1999 pelo IPHAN, foi a primeira publicação institucional sobre o tema, com o objetivo de oferecer um guia de estudo e orientação sobre a temática para incentivar a abertura de novos caminhos na compreensão dos significados por trás da expressão "Patrimônio Cultural Brasileiro".⁵¹

Ao abordar temas fundamentais sobre o patrimônio cultural, a publicação do IPHAN, *Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos*, sistematiza as práticas e os conceitos que têm guiado as ações educacionais voltadas para a valorização do patrimônio cultural

⁴⁸ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan, 2014.

⁴⁹ Ibid., p. 14.

⁵⁰ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 81, p. 6, 29 abr. 2016b.

⁵¹ SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, n. 19, p. 80–108, 2015. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i19p80-108. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/90786..> Acesso em: 25 fev. 2025.

brasileiro e destaca como os bens culturais devem ser inseridos nos espaços de vida das pessoas, integrando-se às práticas cotidianas e aos elementos que definem a identidade ou a cultura de quem as utiliza. Deste modo, argumenta-se:

Em outras palavras, devem fazer sentido e ser percebidas nas práticas cotidianas. Em lugar de preservar lugares, edificações e objetos pelo seu valor em si mesmo, em um processo de reificação, as políticas públicas na área deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados.⁵²

Em síntese, é certo que para uma visão mais abrangente de patrimônio necessariamente inclui a dimensão educativa. De acordo com a museóloga Maria Célia Santos,⁵³ o patrimônio cultural deve atuar como um guia para o exercício da cidadania e para o avanço social, por meio de iniciativas educacionais. Ela reitera:

Cada vez mais torna-se necessária uma ação educativa que tenha como referencial o patrimônio cultural, considerando o seu rico processo de construção e reconstrução. Sendo assim, as atividades pedagógicas deverão buscar, por meio de uma ação integrada com a comunidade, a qualificação do 'fazer cultural' local, buscando inseri-lo nos contextos nacional e internacional.⁵⁴

A partir dessa perspectiva, é fundamental que toda iniciativa educacional garanta o envolvimento da comunidade na elaboração, aplicação e realização das ações planejadas, na qual a educação patrimonial surge como uma incentivadora de práticas de preservação mais inclusiva e colaborativa, baseadas na diversidade cultural que estão intrinsicamente ligadas a ela. Neste sentido, destacar a relevância de conservar o patrimônio cultural para as próximas gerações, enquanto se evidencia a importância de valorizar o passado, é uma maneira de fortalecer e construir uma identidade cultural sólida e cheia de significado. Portanto, o objetivo não é restringir as experiências simbólicas e educativas a um único contexto sociocultural.

Segundo Maria de Lourdes Horta,⁵⁵ os métodos utilizados no processo educacional se dar tanto por meio de elementos materiais como por manifestações culturais, entre outros aspectos, monumentos, um sítio histórico, manifestação popular, saberes tradicionais e as interações em sociedade. Portanto, há a necessidade de promover a criação colaborativa de práticas educacionais reconhecendo a comunidade como geradora de conhecimento, integradas em um contexto de significados ligados à memória coletiva, com iniciativas educacionais que estejam profundamente alinhadas com as particularidades e necessidades de sua localidade.

⁵² INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos...* Op. cit., p. 21.

⁵³ SANTOS, Maria C. T. M. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008. p. 16

⁵⁴ Ibid., p. 23.

⁵⁵ HORTA, Maria de Lourdes Parreira. *Guia básico de educação patrimonial...* Op. cit., p. 4.

Vinculado a essa perspectiva, compreende-se que ações educativas sobre o patrimônio não se limitam a uma metodologia específica. Segundo Sônia Rampim Florêncio,⁵⁶ essas ações tem a capacidade e a necessidade de incorporar diversas abordagens, métodos, práticas e interpretações da realidade que já são empregados pelos atores locais. Portanto, essas ferramentas pedagógicas podem ser expandidas e enriquecidas durante os processos de construção e planejamento das iniciativas educacionais.

Nesse contexto, os poderes públicos podem atuar como mediadores entre a sociedade civil e as iniciativas de preservação patrimonial, facilitando a criação de espaços de diálogo e participação. Para isso, é essencial estabelecer canais de interlocução que priorizem mecanismos de escuta ativa e observação, permitindo que as comunidades expressem suas necessidades, saberes e valores.⁵⁷

Do mesmo modo, as práticas educacionais de preservação patrimonial tornam-se mais eficazes quando conseguem estabelecer uma conexão entre os espaços tradicionais de aprendizagem, como escolas e universidades, e os equipamentos públicos, como museus, bibliotecas, centros culturais e praças, como bem reforça Sônia Florêncio.⁵⁸ Essa interligação permite que o conhecimento sobre o patrimônio cultural não fique restrito às salas de aula, mas se expanda para ambientes que já fazem parte do cotidiano das comunidades. Ao integrar esses espaços, é possível criar experiências educativas mais dinâmicas e significativas, onde os alunos e a população em geral podem vivenciar, observar e interagir diretamente com os elementos que compõem sua herança cultura

Um aspecto crucial para expandir as oportunidades de ações educativas voltadas à preservação e valorização do patrimônio cultural, é a integração das políticas públicas patrimoniais com as áreas de cultura, turismo, meio ambiente, educação, desenvolvimento urbano e outros setores relacionados. Essa conexão permite o compartilhamento de ferramentas educativas, enriquecendo o processo pedagógico associado a essas iniciativas. Dessa maneira, é possível otimizar recursos na implementação de políticas públicas e adotar abordagens mais amplas e intersetoriais, reconhecendo a realidade como um espaço de múltiplas dimensões da vida humana.

⁵⁶ FLORÊNCIO, Sônia Rampim. Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 27esp, p. 55–89, 2019. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp55-89. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/159666>.. Acesso em: 26 fev. 2025

⁵⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*...Op. cit., p. 21.

⁵⁸ FLORÊNCIO, Sônia Rampim. *Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas*...Op. cit., p. 65.

Ao articular educação e preservação cultural, a cartilha patrimonial surge como uma ferramenta didática de grande relevância no contexto educacional, sobretudo no que tange à disseminação de conhecimentos relacionados à memória histórica e identidade cultural. Enquanto recurso pedagógico de caráter visual, a cartilha alia elementos gráficos, narrativos e informativos que favorecem o processo de ensino aprendizagem, contribuindo para a construção de uma consciência crítica sobre o patrimônio local, além de atender diferentes públicos, desde crianças em idade escolar até adultos.

Desta forma, a cartilha desempenha ainda um papel fundamental na valorização do espaço urbano e das expressões culturais locais, ao apresentar de maneira acessível os bens históricos edificados que se constituem no coletivo. Ao estabelecer essa conexão entre população e patrimônio, o material configura-se como instrumento estratégico de educação cidadã, aproximando o indivíduo de sua própria história, promovendo o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural como parte integrante do cotidiano.

Portanto, as políticas de preservação devem focar na criação colaborativa e democrática do conhecimento, promovendo um diálogo contínuo entre as instituições e os grupos sociais, além de envolver ativamente as comunidades que detêm e produzem as referências culturais. Assim, as ações educativas devem ser vistas como um elemento essencial para promover a valorização da diversidade cultural e para consolidar a identidade local, utilizando diversas estratégias e oportunidades de aprendizagem desenvolvidas de forma coletiva.

4 HISTÓRIA E TERRITÓRIO

Destaca-se que para compreender a formação do município de Jucás, é fundamental, antes, entender o processo de ocupação do sertão cearense a partir do século XVIII. Esse período foi marcado por intensas disputas territoriais, expansão das frentes de colonização sertaneja e consolidação das atividades agropecuárias, especialmente a criação de gado, que impulsionaram a interiorização da colonização portuguesa. As dinâmicas sociais, econômicas e culturais estabelecidas nesse contexto moldaram a organização espacial do sertão cearense e influenciaram diretamente o surgimento de núcleos urbanos como o da cidade de Jucás e a constituição do seu patrimônio histórico cultural.

4.1 Os caminhos de gado e a formação da rede urbana cearense

A ocupação do território cearense foi tardia, quando comparado a outras regiões como o Pernambuco e a Bahia, sobretudo, por questões de ordem político-econômica e climática, que dificultavam tanto as expedições quanto a fixação no interior.⁵⁹ A ocupação expressiva de partes do território só veio a acontecer no final do século XVII, impulsionada pela expansão das atividades agropecuária, economia base do sertão.

Durante o período colonial, a produção açucareira estava se expandindo no litoral brasileiro. Na virada do século XVII para o XVIII, a Coroa portuguesa vetou a prática da criação de gado na região costeira do Nordeste, destinando a faixa litorânea exclusivamente a cultura da cana-de-açúcar, atividade prioritária para o regime econômico colonialista. Não havia assim, até o momento, em suas concepções, a necessidade de avançar sertão adentro.⁶⁰ Devido ao domínio e à alta lucratividade dos engenhos de açúcar, a criação de gado ocupou um papel secundário. Como consequência, a atividade pecuária foi gradualmente deslocada para os sertões com os criadores de gado em busca de novas pastagens.

O território do interior cearense foi integrado à economia da colônia principalmente como fornecedor de produtos complementares, com a produção de carne para consumo nas capitanias litorâneas. Conforme os estudos de Cristiane e Castro Melo⁶¹, o povoamento no interior de Ceará consolidou-se no fim do século XVII, com o surgimento de povoados através do estabelecimento das fazendas de gado, onde se fixaram às margens do rio Jaguaribe e

⁵⁹ NOGUEIRA, Alcântara. Iguatu: Memória sócio-histórico-econômica. 2 ed. Fortaleza: [s.n.], 1985.

⁶⁰ JUCÁ NETO, C.R. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. In: MUSEU PAULISTA: HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL. *Anais...*, v. 20, n. 1, jan./jun. 2012.

⁶¹ MELO, Cristiane e Castro Feitosa. A memória dos conflitos territoriais entre famílias na construção da sociedade nos sertões dos Inhamuns. In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (ECHE). Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Impreco, 2012. p. 1644-1659.

Acaraú, expandindo-se de Aracati para o sul até a confluência com o rio Salgado. Dali, avançaram rio acima, alcançando a região dos Inhamuns por volta de 1707.

Posto isso, nota-se que as incursões sertão adentro seguiam amparadas pelos rios, uma vez que para explorar a região, era fundamental a existência de recursos hídricos para tornar-se possível as ocupações interioranas. Logo, os caminhos de gado seguiram pelas ribeiras, garantindo elementos para a fixação do colonizador e consequentemente tornando as margens dos rios caminhos da penetração e pontos de referência para exploração de novas terras, já que a presença de água garantia a subsistência tanto dos homens quanto dos animais.

A necessidade de integrar o sertão nordestino à lógica da ocupação colonial para o escoamento da produção e passagens das boiadas, levou à criação de redes de acesso territoriais – rotas conhecidas como “estradas de boi” – conectando as regiões produtoras às áreas consumidoras e possibilitando uma primeira ligação entre as cidades⁶² (Figura 2). Vale ressaltar, ainda, que foram as estradas carroçáveis, as principais rotas de transporte entre os sertões até a chegada dos trilhos ferroviários. Deste modo, essas rotas conectavam vastas áreas da província do Ceará, criando uma importante ligação territorial, onde estabeleciam vilas em pontos estratégicos para o pouso e circulação das boiadas.

Por onde o gado circulava, novas vias se abriam, entrelaçando o território nordestino e suscitando a formação da rede urbana cearense, com o surgimento das vilas e povoados, que serviam como pontos de conexão entre as cidades e capitanias vizinhas, cuja existência dependia do comércio e do deslocamento dos rebanhos. Por conseguinte, a expansão para o sertão, marcada pela consolidação de um sistema sesmarial voltado à pecuária extensiva e distante dos enclaves açucareiros, favoreceu igualmente a formação de uma rede de fazendas e feiras comerciais que se tornaram grandes pontos de comercialização bovina, articulada à produção de subsistência de uma rede de povoados, freguesias e vilas.

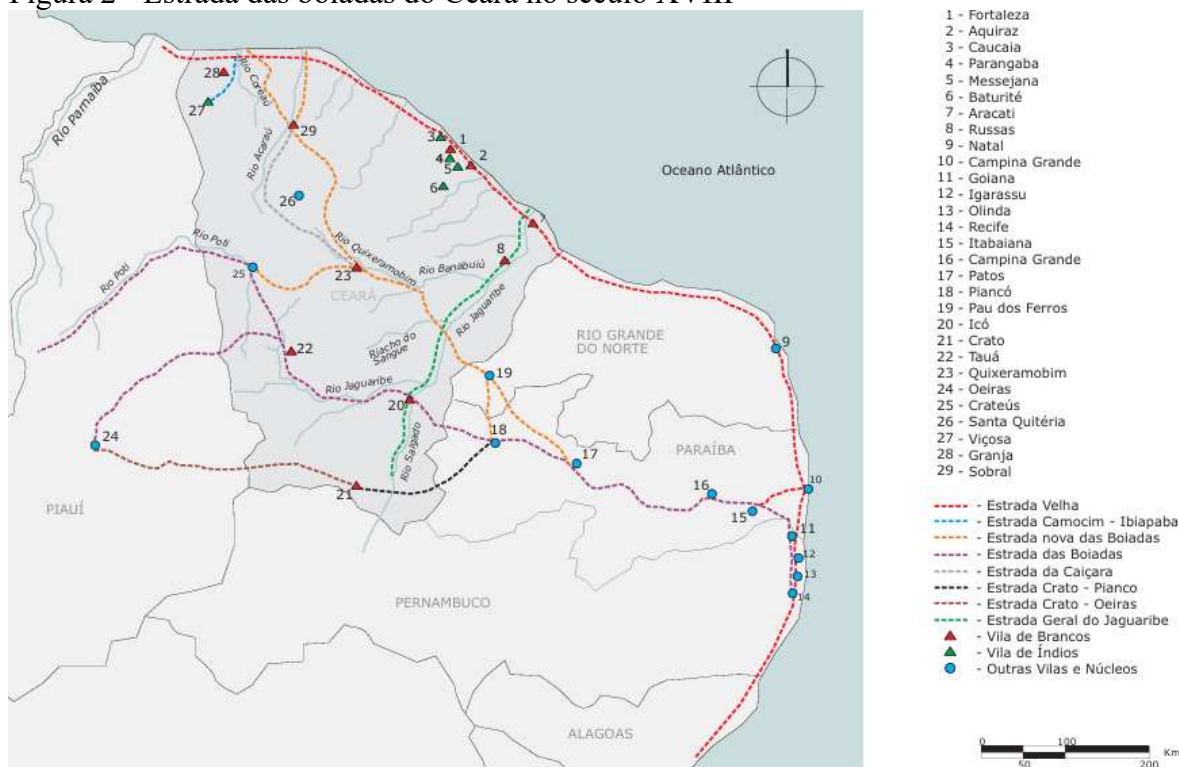
Jucá Neto destaca que, importantes vilas como Icó, Aracati e Sobral surgiram estrategicamente ao longo desses caminhos do gado. Esses assentamentos serviam tanto como bases de apoio para o transporte de animais em direção ao litoral quanto como centros articuladores das rotas que ligavam diferentes capitanias.⁶³ A vista disso, para o sertão nordestino, a pecuária deixou de ser apenas uma atividade acessória da economia açucareira. Nesse viés, Arraes, ao dissertar sobre os caminhos de gado no processo de urbanização das

⁶² JUCÁ NETO, C.R. Primórdios da rede urbana cearense. Mercator - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, ano 08, número 16, p.77-102, 2009.

⁶³ JUCÁ NETO, C.R. “Primórdios da rede urbana cearense”...Op. cit., p. 27

idades no sertão nordestino entre os séculos XVII e XVIII⁶⁴, argumenta como o gado integrou o sertão ao restante do Nordeste durante o período colonial, tanto economicamente quanto geograficamente.

Figura 2 - Estrada das boiadas do Ceará no século XVIII



Fonte: Jucá Neto (2007)

No entanto, conforme Pompeu Sobrinho, boa parte destes caminhos utilizados durante o período colonial tiveram origem das veredas indígenas, que foram aproveitadas pelos primeiros exploradores seiscentistas diante dos caminhos marcados pelos nativos em suas migrações, sendo nada mais que o melhoramento de algumas já existentes.⁶⁵ Portanto, as primeiras rotas estabelecidas no Ceará pelos colonizadores, os criadores de gado, eram, em grande parte, adaptações de caminhos já abertos pelos indígenas. Isso porque essas vias naturais, que invariavelmente acompanhavam o leito dos principais rios e riachos, assim como suas áreas de cultivo, foram incorporadas às estratégias de expansão para o interior do território durante o século XVIII.

Nesse caso, a *estrada geral do Jaguaribe*, que ligou o litoral cearense ao rio São Francisco, de acordo com Jucá Neto, foi a via de mais importância do Ceará no século XVIII,

⁶⁴ ARRAES, Esdras. **Caminhos do gado:** paisagem cultural e urbanização de cidades do sertão nordestino dos séculos XVII e XVIII. In: 1 Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2010, Belo Horizonte. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2010.

⁶⁵ SOBRINHO, Thomaz Pompeu. O homem do Nordeste. In: Revista do Instituto do Ceará, pp. 321-388, 1937.

de modo que este caminho passou a ser ocupado por fazendas e currais, estimulado pelo crescimento da pecuária e pela concessão de sesmarias, tornando-se o principal caminho do litoral para o interior, que partia de Aracati, principal porto da capitania, seguindo as margens do rio de mesmo nome, “passava em Russas e Icó e seguindo o rio Salgado ultrapassava a chapada do Araripe para alcançar os sertões do Pernambuco em direção à Bahia”. Contudo, ainda que o Ceará se encontrasse inteiramente interligado, a ocupação do território sertanejo se dava, na realidade, por meio de núcleos isolados, separados por grandes distâncias, problema tanto para o transporte das reses como para a existência de um sistema interno de distribuição de produtos locais que fosse além dos produtos advindos da pecuária.⁶⁶

Da Estrada Geral do Jaguaribe partiam outras estradas que acompanhando afluentes desse rio, cortavam o Ceará no sentido Leste-Oeste. Esses caminhos estavam relacionados ao transporte das boiadas para produção de charque ou a venda do gado em feira. Entre estas estradas, destaca-se aqui, a “estradas das boiadas” ou “estrada dos Inhamuns”, que partindo do Pernambuco rumo ao Icó⁶⁷ e de lá ao sertão dos Inhamuns, escoava o gado e os produtos entre a Paraíba e o Piauí.⁶⁸ É a partir deste momento que surge o povoado de São Mateus, atual cidade de Jucás.⁶⁹

No entanto, vale salientar, que essas rotas, intensamente utilizadas durante o período colonial para o transporte das reses e a produção de charque, eram definidas essencialmente pela demanda prática e pelo uso recorrente, carecendo de qualquer planejamento prévio em relação ao traçado, dimensões ou outras especificações técnicas, servindo primordialmente aos objetivos coloniais do que mesmo um planejamento territorial.⁷⁰

Embora as fazendas de gado tenham tido papel de maior relevância, é importante destacar que, paralelamente à pecuária, outras atividades econômicas a partir do século XIX, moldava a vida do sertanejo, ainda que, de maneira pouco expressiva, como a agricultura de subsistência. Entretanto, com o declínio da atividade pecuária nos finais do século XVIII, principalmente pelas crises advindas das secas prolongadas ocorridas no semiárido brasileiro,

⁶⁶ JUCÁ NETO, C.R. “Primórdios da rede urbana cearense”...Op. cit., p. 97

⁶⁷ Icó destacou-se como o principal centro de distribuição da produção pecuária no sertão cearense. A vila recebia rebanhos de diversas rotas e, ao mesmo tempo, servia como ponto de partida para boiadas destinadas a Aracati e às feiras comerciais da Paraíba e Pernambuco, consolidando seu papel estratégico no comércio regional.

⁶⁸ FILHO, Carlos Studart. Vias de comunicação do Ceará colonial. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 51, p. 15-47, 1937

⁶⁹ O povoado de São Mateus se estabeleceu entre a Vila de Icó e a Vila de Tauá, quando analisado o mapa das estradas das boiadas apresentado acima.

⁷⁰ CORTEZ, Ana Isabel Parente. Os caminhos sertão à dentro: vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 8, 2013.

deixa de ser o pilar da economia cearense e passa a ocupar um papel secundário ao longo do século XIX, perdendo espaço para o cultivo do algodão.

O advento da cultura algodoeira no Ceará representou muito mais do que uma simples substituição de atividades econômicas. A importância histórica desse processo reside justamente em seu duplo impacto: de um lado, sinalizava o esgotamento do modelo pastoril que havia sustentado a economia regional por séculos; de outro, introduzia novas dinâmicas produtivas e comerciais que reconfigurariam a estrutura da sociedade cearense.

Conforme destaca Valdenice Girão, essa transição provocou profundas transformações na organização social e territorial da capitania com o surgimento de núcleos urbanos mais consolidados, provocando uma corrente migratória para as áreas interioranas. Deste modo, tornou-se necessária a criação de um sistema de transportes que ligasse o sertão, onde se cultivava algodão, ao porto de Fortaleza, para viabilizar a exportação do produto.

A cultura algodoeira objetiva mudança na própria estrutura política local, sendo o cultivo feito em largo escala, necessitando de escoamento da produção para o litoral, através das estradas que se abrem de Fortaleza para as zonas interioranas. Provoca assim o súbito desenvolvimento dos meios de transporte assegurando de modo compensador o exercício da atividade agrícola; colocando pela primeira vez a sede administrativa em condições de se impor às demais vilas cearenses como verdadeiro centro político, econômico e social da Capitania. Surgem outros polos comerciais em vilas interioranas, como no caso de Icó núcleo surgido naturalmente com características de polo de comércio de gado, encaminhando boiada às feiras da Bahia e Pernambuco, por vias diversas, realimentando sua importância com o cultivo e comercialização do algodão, passando a representar o polo econômico do sertão central.⁷¹

Portanto, é por meio dessas transformações econômicas, sociais e culturais a partir da atividade pecuária, que surgem os primeiros núcleos urbanos no estado do Ceará. As estradas das boiadas e a fazenda de gado que sediou o povoamento, foram fatores essenciais na formação dessas povoações e cidades sertanejas, que influencia diretamente as dimensões socioespaciais cearense até o surgimento das ferrovias.

4.2 De São Mateus a Jucás: da gênese à consolidação urbana

O entendimento da formação territorial de Jucás perpassa o entendimento da própria formação econômica e territorial do Ceará. O início da história da cidade se dá ainda no começo do século XVIII com o surgimento das estradas de boi e a concessão de sesmarias. Essa ocupação se deu paralelamente à remoção forçada dos povos indígenas através de uma

⁷¹ GIRÃO, Valdenice Carneiro. As Charqueadas. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LI. Fortaleza, Ceará, 1989, p. 88.

complexa dinâmica social que envolveu a atuação conjunta da Igreja, da coroa portuguesa e dos criadores de gado.

De início, destacava-se entre as vias de circulação do período colonial, a chamada "Estrada das Boiadas" ou "Estrada dos Inhamuns", principal rota que conectava a vila do Icó ao sertão dos Inhamuns⁷². Ao longo desse eixo, surgiu o povoado de São Mateus, o qual, um século mais tarde, em 1823, foi elevado à condição de vila, desmembrada da vila do Icó. No entanto, seu efetivo desenvolvimento urbano só se consolidou a partir das primeiras décadas do século XX, quando ganhou maior estruturação e dinamismo econômico.

O processo de ocupação do território onde hoje se localiza o município teve início em 1707 a margem esquerda do rio Jaguaribe, após a chegada dos colonizadores portugueses na região, vindos de Pernambuco e da Bahia ainda em 1682 para a exploração da atividade agrícola e pecuária, na condição de sesmeiros,⁷³ integrando uma área denominada de Ribeira do Quixelô⁷⁴. De acordo com os estudos históricos do Monsenhor Francisco de Assis Couto, a origem do atual município de Jucás remonta ao estabelecimento da Fazenda São Mateus, propriedade pertencente ao sesmeiro Cosme Ferreira da Silva, que recebeu as terras por meio do sistema de sesmarias, após tê-las requerido em setembro 1707, onde estabeleceu sua fazenda nos primeiros meses de 1708 próximo a um olho d'água no caminho entre a cidade de Jucás e Saboeiro.⁷⁵ É desta forma, com a concessão das sesmarias e a implantação da fazenda, que se estabelecem as bases do povoado.

Conclui-se, portanto, do ponto de vista socioespacial, que este núcleo fundiário se constituiu como elemento catalisador do processo de ocupação do povoado, evoluindo primeiro como área de criação de gado, depois como vila, até chegar ao status de município. Conforme ressalta Ramiro Jucá Neto:

a fazenda de gado dispersa no sertão sediou o povoamento. Foi a sede das sesmarias, da unidade familiar, da atividade produtiva e também onde se encontraram as condições propícias para os primeiros sinais de acumulação de renda no sertão. Além disso, foi sede da vida política local, de toda autarquia sertaneja e suas famílias, com poderes quase que absolutos, e da rede de mandos e desmandos que pautou a organização territorial.⁷⁶

Contudo, o elemento central no ordenamento do espaço do povoamento está vinculado à construção da Capela de São Mateus em 1731 (Mapa 02), onde hoje se constitui a Igreja

⁷² MELO, Cristiane e Castro Feitosa. *A memória dos conflitos territoriais entre famílias na construção da sociedade nos sertões dos Inhamuns*. Op. cit., p. 1646.

⁷³ MONTENEGRO, Seridião Correia. *Perfil histórico, geográfico e antropológico dos municípios do Ceará*. Fortaleza: INESP, 2023.

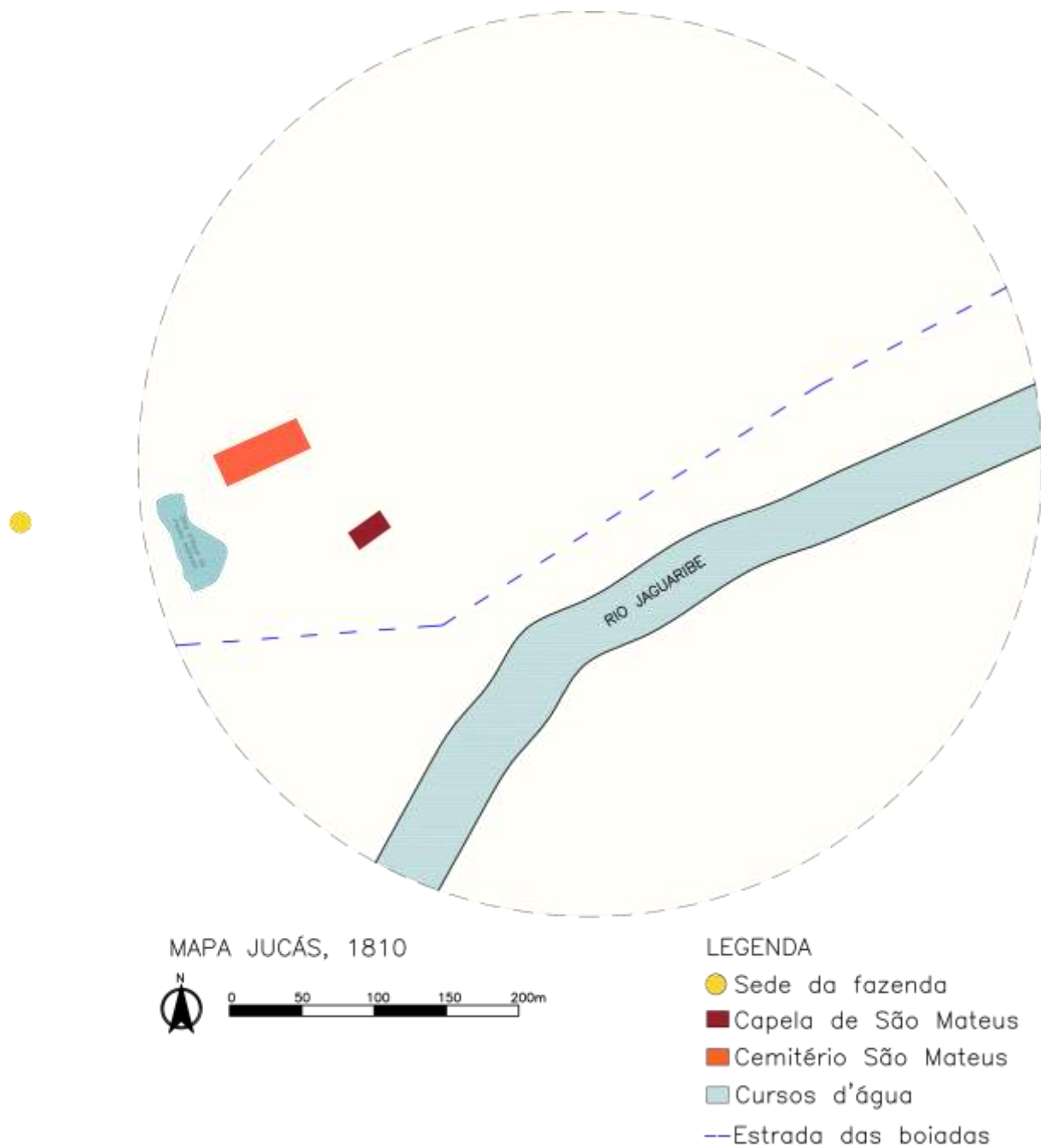
⁷⁴ MENEZES, Antônio Bezerra. *Algumas origens do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

⁷⁵ COUTO, Mons. Francisco de Assis. *Origens de São Mateus: sua formação sócio-eclesiástica...* Op. cit., p. 8.

⁷⁶ JUCÁ NETO, C.R. *Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense...* Op. cit., p. 135.

Matriz de Nossa Senhora do Carmo (Figura 3), que se tornou o núcleo central da organização territorial da cidade. Erguida a partir de 1761 como referência religiosa e social, a capela atraiu fiéis de sítios vizinhos, consolidando-se como ponto de encontro da comunidade. Ao seu redor, foram surgindo os primeiros núcleos habitacionais, caracterizados por modestos agrupamentos pouco povoados e as principais vias de circulação. Com o tempo, o espaço sagrado foi, pouco a pouco, adquirindo novas dimensões: além de local de culto, tornou-se núcleo estruturador das dinâmicas sociais e espaciais.

Mapa 2 - Jucás em 1810



Fonte: Autoria própria (2025)

No contexto do Brasil colonial, observa-se que após a fundação de fazendas de gado, um dos processos comuns no desenvolvimento de povoados decorria da cessão de propriedades rurais por parte dos sesmeiros ao patrimônio devocional de santos católicos. Tais pedaços de terra, uma vez incorporadas ao domínio da Igreja, constituíam-se materialmente para a

edificação de uma capela, ampliando assim o patrimônio da Igreja no processo de colonização das capitanias.⁷⁷

A construção da capela, ocorrida em terreno cedido pelo sesmeiro Cosme Ferreira, revela uma dinâmica de estratégia de ocupação: enquanto consolidava economicamente os currais de reses, simultaneamente se estabelecia as bases institucionais para a presença eclesiástica no território. Observa-se, portanto, que a expansão da atividade pastoril e a institucionalização religiosa desenvolveram-se de forma simbiótica, caracterizando um padrão típico do processo colonizador luso-brasileiro, na qual os interesses materiais e eclesiásticos se entrelaçavam na conformação do espaço social.

Figura 3 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, final do século XIX



Fonte: Acervo pessoal de Jefferson Batista

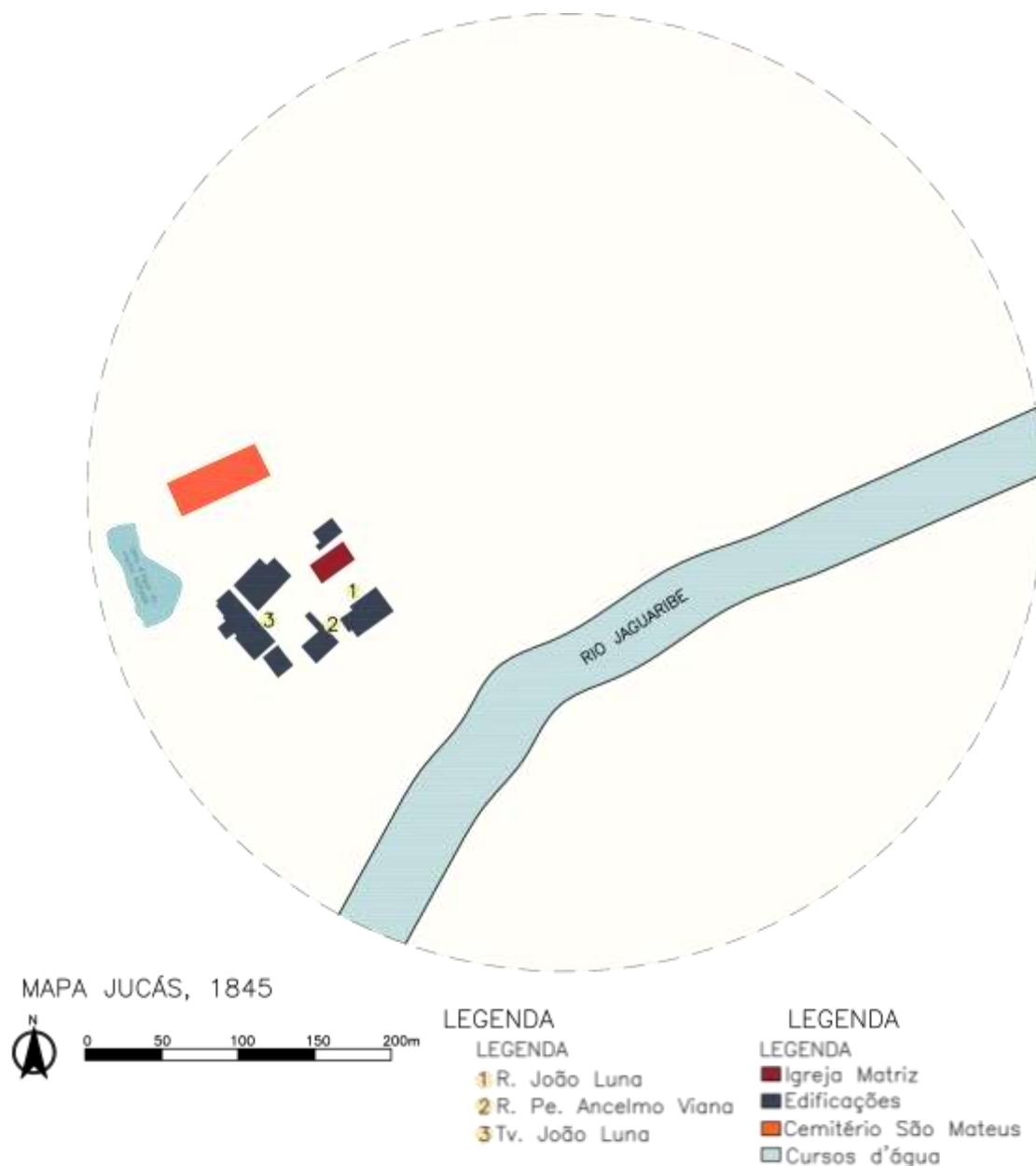
Com o crescimento do povoado, a capela de São Mateus, em 1755, foi elevada à condição de freguesia sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns, desmembrando-se do curato de Icó. A análise cartográfica do Mapa 2, assim como dos demais mapas subsequentes, possibilita reconstituir a configuração espacial hipotética de Jucás ao longo dos anos.⁷⁸ Essa representação, elaborada a partir do traçado urbano atual, dos remanescentes edificados e de registros iconográficos, demonstra como a ocupação do território

⁷⁷ JUCÁ NETO, C.R. “Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense” ... Op. cit., p. 139.

⁷⁸ A construção de todos os mapas de evolução urbana foi realizada com base em um conjunto diversificado de fontes, incluindo documentos históricos, registros iconográficos e depoimentos orais, visando reconstituir o processo de formação e expansão da malha urbana ao longo do tempo.

se direciona de forma alinhada as margens do Rio Jaguaribe, ao passo que o desenvolvimento da malha urbana foi orientado pela implantação da igreja matriz.

Mapa 3 - Jucás em 1845



Fonte: Autoria própria (2025)

De acordo com Francisco Ferreira Lima, a formação do sítio urbano nessa localidade (Mapa 2) ocorreu em função de dois elementos principais: o terreno relativamente plano e o olho d'água situado abaixo do cemitério São Mateus, no Riacho Baltazar.⁷⁹ Desse modo, a construção da igreja consolidou-se como espaço agregador que dinamizou as relações socioespaciais e potencializou o crescimento urbano jucáense. Sua construção pode ser

⁷⁹ LIMA, Francisco Ferreira. Fatos: Icó – Ceará – Jucás. Ceará: Ed. Única, 1991.

interpretada como elemento fundante na estruturação do tecido social local e ponto chave para o processo de urbanização inicial e entre os séculos seguintes.

Advém dizer, que ainda no século XIX, em 1853 a vila foi extinta e a sede é transferida para o distrito de Saboeiro. A lei Provincial número 889, de 22 de julho 1859, restaurou o município, que recebeu o nome de São Mateus dos Inhamuns e em 1893 o topônimo original, São Mateus, foi restituído. Pelo decreto-lei estadual nº 1114, de 30 de dezembro de 1943, o município passa a denominar-se Jucás.⁸⁰

A partir do início do século XX, as vias originadas em decorrência da implantação da igreja tornaram-se o eixo estruturante do desenvolvimento da malha urbana da cidade. Nesse eixo, compreendido pelas ruas Padre Ancelmo Viana, Major Leal, João Luna, Getúlio Vargas, Honor Lima e seus entornos (Figura 4 e 5), estabeleceram-se as primeiras edificações residenciais, o mercado público e os prédios institucionais, como a prefeitura (Mapa 4).

⁸⁰ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Jucás–Ceará, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=3480>. Acesso em 05 de abril de 2025.

Mapa 4 - Jucás em 1900



MAPA JUCÁS, 1900



0 50 100 150 200m

LEGENDA

- ① R. João Luna
- ② R. Pe. Ancelmo Viana
- ③ Tv. João Luna
- ④ R. Major Leal
- ⑤ R. Pe. José de Souza
- ⑥ R. Antonio Rodrigues Vargas
- ⑦ R. Getúlio Vargas
- ⑧ R. Honor Lima

LEGENDA

- Igreja Matriz
- Edificações
- Cemitério São Mateus
- Mercado Público
- Cursos d'água

Fonte: Autoria própria (2025)

Essa configuração espacial, embora tenha se expandido de maneira gradual ao longo do século, preservou suas características originais, refletindo um crescimento contínuo, ainda que em ritmo lento, apoiado as margens dos cursos d'água. Esse padrão de ocupação não apenas reforçou a relação entre o tecido urbano e os aspectos geográficos como fator determinante para a fixação dos moradores e o desenvolvimento da localidade, como também preservou a estrutura inicial do núcleo urbano, cuja organização permaneceu vinculada à igreja matriz. Apesar das transformações decorrentes do desenvolvimento socioeconômico, a dinâmica de expansão não alterou significativamente a disposição original da cidade, mantendo a ocupação alinhada aos eixos naturais, evidenciando uma continuidade na forma de apropriação do território.

Figura 4 – Rua Getúlio Vargas, final do século XIX



Fonte: Página O Farol

Figura 5 – Vista para a rua Getúlio Vargas e Honor lima, final do século XIX



Fonte: Acervo pessoal de Jefferson Batista

Por meio da análise das fotografias, é possível identificar algumas características significativas, como os primeiros sinais de urbanização no início do século XX, caracterizado por edificações predominantemente de uso residencial, marcada por elementos arquitetônicos comuns a cidades em processo de consolidação urbana. Embora em um estágio de urbanização ainda emergente, já se observam os contornos de um núcleo que viria a se expandir nas décadas seguintes.

Esse processo de crescimento urbano também pode ser observado através da ampliação do patrimônio arquitetônico local. Dentre essas edificações, destaca-se o mercado público (Figura 6), construído entre 1896 e 1897 e que se consolida como uma das construções mais antigas da cidade. Ainda presente na paisagem urbana, embora com algumas descaracterizações e alterações em sua fachada, o edifício permanece como um símbolo da articulação entre a vida social e as dinâmicas econômicas da cidade. Sua localização central e função agregadora transformaram-no em um espaço de convergência não apenas de mercadorias, mas também de atividades sociais.

Essa centralidade espacial foi reforçada ao longo do tempo, uma vez que o mercado público estruturou redes de abastecimento de consumo e espaços de sociabilidade, como décadas depois a construção da Praça Getúlio Vargas em 1960 implantada em frente ao mercado (Figura 7 e 8), incentivando a circulação de pessoas e a valorização do espaço urbano adjacente.

Figura 6 - Mercado Público, década de 1950



Fonte: Acervo pessoal de Eliane Barros

Figura 7 - Construção da Praça Getúlio Vargas, final da década de 1950



Fonte: Acervo pessoal de Jefferson Batista

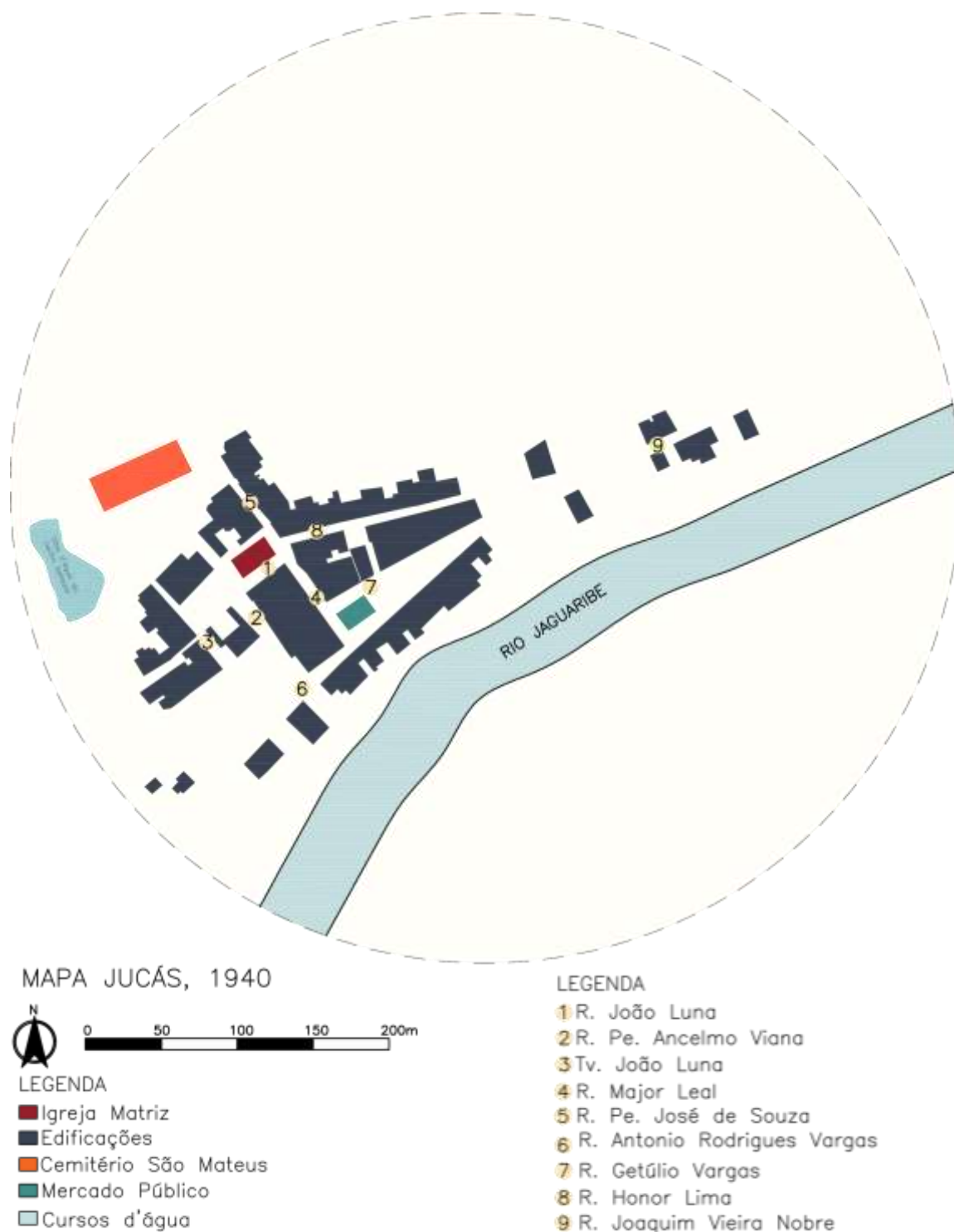
Figura 8 - Mercado Público e Praça Getúlio Vargas em 1984



Fonte: Acervo pessoal de Jefferson Batista

Ao longo das décadas seguintes, Jucás experimentou um processo de estruturação em sua morfologia urbana. A partir da metade do século XX, a cidade expandiu-se além de seus limites originais, com novos eixos de ocupação surgindo a partir da consolidação de vias e da ampliação de áreas edificadas (Mapa 5). Em síntese, em meados de 1940, o município apresenta em sua malha uma estrutura mais definida e articulada com o surgimento de novos objetos espaciais que contribuem na reconfiguração da dinâmica urbana local. Nesse sentido, essa expansão reflete-se não apenas no crescimento populacional, mas também no desenvolvimento de atividades econômicas no município, como a implantação da usina de beneficiamento de algodão no final desta década.

Mapa 5 - Jucás em 1940



Fonte: Autoria própria (2025)

Por volta de 1949, Jucás testemunhou um marco em seu desenvolvimento econômico: a implantação de uma usina de beneficiamento de algodão que alterou a dinâmica socioeconômica do município, se tornando um dos principais meios comerciais da localidade (Figura 9 e 10). Tal fato refletia não apenas o crescimento da cultura algodoeira no Nordeste,

mas também os primeiros sinais de industrialização na região. Depois de sua desativação, o prédio ganhou novas funções, entre elas uma cooperativa dos produtores do município no final da década de 1980 e a sede da prefeitura entre os anos de 2008 a 2012. Atualmente dividido em vários galpões, funciona uma fábrica de costura e a sede da câmara de vereadores.

Figura 9 – Usina de algodão, 1954



Fonte: Acervo pessoal de Jefferson Batista

Figura 10 – Usina de algodão, 1984

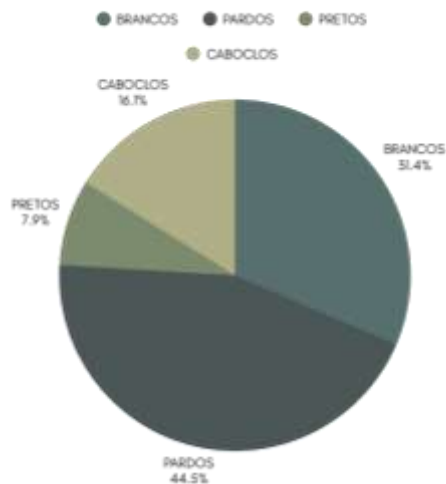


Fonte: Acervo pessoal de Jefferson Batista

Conforme já mencionado, o crescimento populacional do município acompanhou seu processo de urbanização. Segundo o primeiro recenseamento brasileiro, realizado em 1872, a população local era de 15.527 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 7.852 homens livres, 7.226 mulheres livres, 226 homens escravos e 223 mulheres escravas. Já em 1940, o censo registrou um total de 25.422 habitantes. Embora não haja dados sobre a distribuição entre a sede e os distritos, o que limita uma análise espacial mais detalhada, é possível observar que, desse total, 12.906 eram do sexo masculino e 12.516 do sexo feminino. Quanto à composição

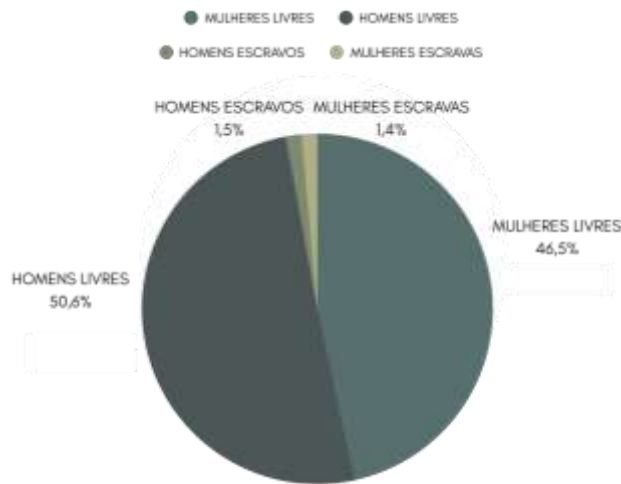
étnico-racial, a população se dividia em: 6.274 brancos, 6.373 pretos, 1 amarelo, 2.759 pardos e 15 indivíduos que não declararam cor ou raça.

Gráfico 1 - População de Jucás por gênero em 1872



Fonte: Adaptado do IBGE (2025)

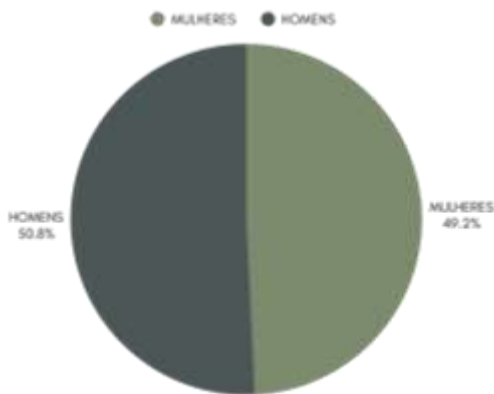
Gráfico 2 - População de Jucás por cor e raça em 1872



Fonte: Adaptado do IBGE (2025)

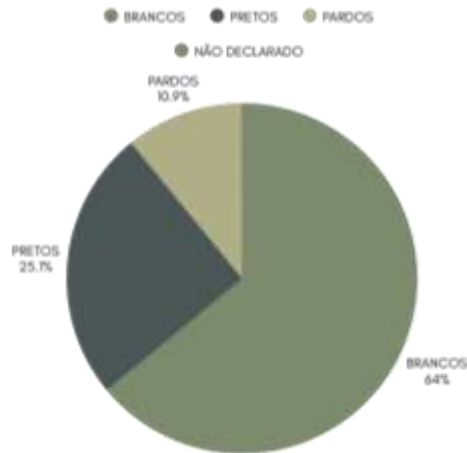
Considerando-se em relação ao recenseamento de 1900⁸¹, que registrou uma população total de 11.364 habitantes (5.552 homens e 5.812 mulheres), observa-se que, em um intervalo de quarenta anos, o município sofreu um expressivo crescimento demográfico, mais que dobrando seu número populacional, ocasionado não apenas pelas dinâmicas naturais de crescimento, mas também pelas transformações socioeconômicas.

Gráfico 3 - População de Jucás por gênero em 1940



Fonte: Adaptado do IBGE (2025)

Gráfico 4 - População de Jucás por cor e raça em 1940



Fonte: Adaptado do IBGE (2025)

⁸¹ IBGE. Recenseamento Geral do Brasil: (31 de dezembro de 1900). Rio de Janeiro: IBGE, 1905.

Por meio da Figura 11, é possível observar as características arquitetônicas do conjunto edilício de Jucás, que revelam não apenas aspectos construtivos, mas também traços históricos e culturais da formação urbana local. As construções, predominantemente térreas, seguem uma tipologia recorrente, com vãos de porta e janela em proporções semelhantes, dispostos simetricamente nas fachadas. Esse padrão, aliado ao uso de tijolos maciços, coberturas em telha colonial definido por um pé direito alto e à presença de elementos decorativos simples, como cimalhas, vergas em arco e pequenos frontões, reflete uma arquitetura vernacular que combina técnicas tradicionais com adaptações às condições do semiárido, enquanto a disposição das edificações ao longo das vias, marcado por um traçado orgânico e irregular, evidencia o resultado de uma ocupação espontânea ao redor da igreja matriz. Além do mais, consta-se o início do processo de calçamento nas primeiras ruas da cidade.

Por fim, observa-se o início do processo de calçamento nas primeiras ruas da cidade, um marco de modernização que, ainda incipiente, indica uma transição entre a urbanização espontânea e a introdução de infraestrutura urbana, revelando as dinâmicas de transformação da paisagem construída. A escolha por calçar inicialmente as vias mais próximas ao centro, a R. Honor Lima e Major Leal, onde se concentravam a igreja matriz e as edificações mais representativas, sugere uma priorização simbólica e funcional, reforçando a hierarquia urbana do núcleo histórico.

Quando comparado à Figura 12, que retrata as ruas já asfaltadas, percebe-se uma evolução significativa no processo de urbanização. O asfaltamento, posterior ao calçamento, reflete uma etapa mais avançada de intervenção na infraestrutura viária, associada à expansão da malha urbana e ao crescimento da aquisição por automóveis. Essa transição não apenas altera o tipo do piso, mas também redefine usos e dinâmicas sociais, como a aceleração do tráfego e a transformação de ruas antes dominadas pelo comércio informal em eixos de passagem.

Figura 11 – Rua Honor Lima, por volta de 1968



Fonte: Acervo pessoal de Eliane Barros

Figura 12 – Vista para a rua Getúlio Vargas e Honor Lima, 1984



Fonte: Acervo pessoal de Eliane Barros

O aumento da população na cidade gera, ao mesmo tempo, uma maior necessidade de espaço urbano. Em Jucás, a transformação do núcleo central de área residencial para comercial impulsiona a formação de novos bairros e de novos modelos de construção. A divisão de terrenos passa a ter um valor econômico e se acelera, principalmente no século XX, devido à demanda por moradias causada pelo deslocamento da população do campo para a cidade. Nesse contexto, tanto os lotes quanto as edificações crescem em um ritmo mais rápido, influenciados pelas condições socioeconômicas, bem como o surgimento de espaços de públicos de sociabilidade, como a criação de praças (Mapa 6).

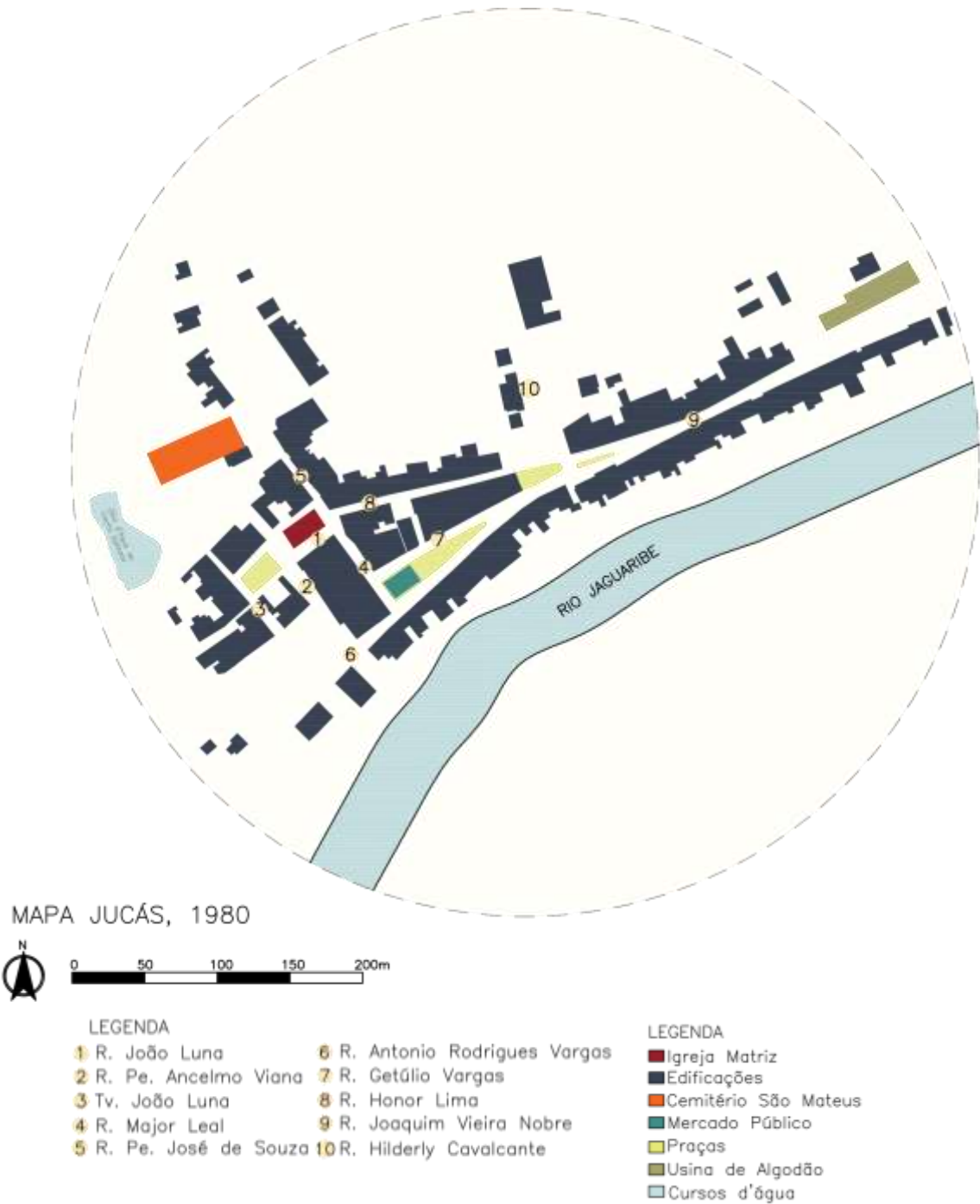
Esses espaços públicos, enquanto lugar de interação social e parte significativa do espaço urbano, não apenas como componentes físicos da cidade, mas, sobretudo, como lugares de interação social. É nesses ambientes que a vida cotidiana adquire centralidade na produção do espaço, revelando a sociabilidade como elemento estruturante da dinâmica urbana.⁸² Essa sociabilidade se expressa de diferentes maneiras, conforme os grupos sociais envolvidos e os contextos que possibilitam sua manifestação, promovendo o convívio, o fortalecimento dos laços sociais e a construção da identidade coletiva e da cidadania. Quando os encontros sociais se tornam o principal conteúdo das interações, surgem formas específicas de sociabilidade que conferem sentido à vida nas cidades.⁸³

Nesse mesmo contexto, os espaços públicos também assumem um papel fundamental na valorização e preservação do patrimônio cultural, pois se constituem como lugares de memória, convivência e expressão identitária. A sociabilidade, nesse processo, é determinante. Por meio da interação entre os indivíduos nesses espaços, a memória coletiva é compartilhada e ressignificada. Assim, a significância afetiva ao patrimônio cultural depende das formas diversas de sociabilidade que nele se desenvolvem, moldadas pelas relações sociais e pelas condições que favorecem sua vivência cotidiana.⁸⁴

⁸² XAVIER, Flávia Vieira; LUSTOZA, Regina; BATELLA, Wagner. A sociabilidade urbana nos espaços públicos da cidade dual: interpretação por meio de mapas mentais e percepção ambiental em Belo Horizonte, MG. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 70, p. 179–195, 2019. DOI: 10.14393/RCG207042508. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/42508>. Acesso em: 05 jul. 2025.

⁸³ CERQUEIRA, Yasminie Midlej Silva Farias. Espaço público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

Mapa 6 - Jucás em 1980



Fonte: Autoria própria (2025)

Na figura 13, observa-se uma imagem aérea da cidade que permite compreender melhor a configuração urbana existente na década de 1980. Através dessa perspectiva, é possível identificar os principais traços do tecido urbano da época, como a concentração de edificações em determinadas áreas, o traçado das vias principais, os vazios urbanos ainda presentes e a distribuição dos espaços. A imagem também revela o estágio de expansão da malha urbana, evidenciando os limites do crescimento da cidade naquele período, bem como a presença de áreas ainda não urbanizadas em um processo inicial de ocupação. Essa representação visual fornece uma importante base comparativa para analisar as transformações espaciais ocorridas ao longo dos anos, permitindo compreender como fatores sociais, econômicos e políticos influenciaram o desenvolvimento urbano da cidade.

Figura 13 - Vista aérea da cidade de Jucás, 1983



Fonte: Acervo Eliane Barros

Posto isso, a análise da formação urbana de Jucás permitiu compreender como seu desenvolvimento foi marcado por um processo orgânico, vinculado inicialmente aos caminhos do gado no século XVIII e consolidado em torno da igreja matriz ao longo do século XX como polo gerador do tecido urbano. Sua identidade permanece atrelada à sua origem sertaneja, à fé que estruturou seu núcleo inicial e às soluções construtivas que responderam às exigências do território. Contudo, observa-se que as intervenções contemporâneas introduzidas no espaço urbano refletem a inevitável dinâmica das transformações socioeconômicas e culturais que atingem as cidades. Essas mudanças, ainda que muitas vezes desarticuladas das referências históricas locais, revelam os desafios da modernização e da adaptação a novas demandas urbanas, ao mesmo tempo em que comprometem a preservação da memória do espaço construído.

5 ESPAÇO E MEMÓRIA: UM RESGASTE HISTÓRICO DA ARQUITETURA DE JUCÁS

Este capítulo propõe a apresentação das edificações históricas da cidade de Jucás para a construção da cartilha educacional, destacando as construções que ainda se mantêm na paisagem urbana da cidade e conservam os traços marcantes de sua história. A análise baseia-se em registros oriundos de visitas in loco, relatos orais de moradores e entrevistas, reunindo diferentes formas de apreensão da memória arquitetônica local. Busca-se, assim, valorizar os vestígios materiais preservados nesses edifícios, com atenção especial aos detalhes construtivos, à disposição dos espaços internos e aos objetos que, integrados ao cotidiano, revelam modos de vida e expressões culturais enraizadas na história da cidade.

Para a elaboração da cartilha foram selecionadas doze edificações de interesse patrimonial (Figura 14), cuja base de escolha foi direcionada por critérios técnicos e históricos, como o grau de conservação, características arquitetônicas, a relevância para a história local e a acessibilidade das informações disponíveis. Entre elas, destacam-se alguns prédios públicos, residências históricas e a igreja, na qual contam parte da história e do desenvolvimento urbano do município de Jucás.

Figura 14 - Edificações selecionadas para produção da cartilha



Fonte: Autoria própria (2025)

A localização espacial dessas edificações pode ser visualizada no mapa de referência (Figura 13), que permite identificar sua distribuição na malha urbana e sua relação com o

entorno, facilitando a compreensão do contexto urbano em que esses bens patrimoniais estão inseridos.

Figura 15 - Mapa de localização das edificações



Fonte: Adaptado do Google Earth (2025)

5.1 Patrimônio Edificado: caracterização das edificações históricas

5.1.1 Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo

A construção da Igreja Matriz teve início no ano de 1761, idealizada pelo Padre Sebastião da Costa Machado, e foi realizada em três etapas distintas. A primeira etapa compreendeu a edificação do altar-mor e da sacristia; a segunda, a construção do corpo da Igreja; e a terceira, o erguimento das laterais e da torre, totalizando duas décadas para a conclusão da obra. Apresentando características do estilo barroco, o templo passou por algumas modificações ao longo dos anos. Originalmente, suas janelas laterais eram dispostas uma acima da outra, mas posteriormente transformaram em apenas uma abertura com a instalação de vitrais. Em 1947, foi construída uma torre para a instalação de um relógio, em 1959 uma gruta foi construída para Nossa Senhora de Lourdes, e em 2024 o revestimento do piso foi substituído.

Figura 16 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

5.1.2 Casa das irmãs

Figura 17 – Casa das irmãs



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Localizada na Rua Padre José de Souza, a residência pertenceu a Antônio Fernandes Lima. Segundo relato de sua neta de 87 anos, conhecida como Luzia de Pedrito, que habitou o imóvel por sete anos até mudar-se em 1983, a propriedade originalmente pertencia à igreja. Posteriormente, foi adquirida por seu avô e, mais tarde, revendida por seu filho à mesma instituição religiosa na década de 1960, com o propósito de abrigar as freiras residentes na cidade. Luzia, embora não soubesse precisar a data exata de construção do imóvel, estima que ele possua aproximadamente 125 anos.

A implantação da edificação se dá em contato direto com os limites do terreno, sem recuos frontais ou laterais. Embora apresente uma volumetria simples e linhas retas, destaca-se na paisagem urbana devido ao seu formato incomum na região, além da presença de um terraço, elemento raro nas construções antigas locais, sendo esta a única a possuí-lo.

O acesso principal é feito pela lateral esquerda, e a casa preserva suas esquadrias externas originais. Nas fachadas, observa-se a presença de revestimento em pedra, solução construtiva característica das edificações locais, amplamente adotada nas décadas de 1960 e 1970. O imóvel conta com oito janelas, paredes espessas e piso de cimento queimado (este não original), características que proporcionam aos ambientes internos um microclima arejado e termicamente confortável. Quanto às alterações estruturais, a única modificação significativa ocorreu na década de 1960, com a construção do sobrado anexo.

5.1.3 Casas iguais

Figura 18 – Fachada casas iguais



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Construídas no início do século XX, as residências de número 106 e 110 estão localizadas na rua Major Leal e se caracteriza como uma das primeiras casas da cidade, conforme relatos. No entanto, não há uma data precisa do seu ano de construção e assim como os outros exemplares, também não há informações sobre os profissionais responsáveis pela edificação. Originalmente pertencia a família Leal, família de prestígio local e proprietários de algumas das primeiras e mais significativas construções da cidade.

Segundo Antônio Carlile de 54 anos e morador da residência de número 106 (casa amarela) há 48 anos, a edificação foi construída por volta de 1900 e mantinha originalmente uma configuração arquitetônica singular, constituindo-se como um único volume habitacional compartilhado com a unidade vizinha, residência nº 110. Entretanto, em determinado momento, os antigos proprietários promoveram uma intervenção estrutural mediante a construção de uma parede divisória, dividindo assim o espaço em duas residências autônomas.

As fachadas apresentam evidente influência da arquitetura eclética, evidenciada pelo uso de elementos decorativos, como molduras em relevo que contornam as aberturas, estas caracterizadas por arcos plenos em semicircunferência (Figura 19). Destacam-se, ainda, os frisos verticais contínuos e a presença de cornijas tanto acima dos frisos quanto no coroamento da platibanda, além de ornamentos superiores em formato circular. A composição arquitetônica é marcada pela simetria e pelo rigor geométrico, aspectos que conferem maior expressividade e plasticidade à fachada.

Figura 19 - Elemento decorativo da janela, residência n° 106



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Figura 20 - Detalhe das portas internas, residência n° 106



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Na residência de número 106, não foram identificadas alterações significativas, mantendo-se o telhado original, caracterizado por uma cumeeira elevada, assim como as portas internas e seus detalhes (Figura 20). Em contraste, a casa de número 110 passou por diversas reformas internas executadas pelo atual proprietário, conforme constatado durante a visita in loco. Entre as modificações realizadas, destacam-se a substituição do revestimento de pisos e paredes, bem como a construção de uma escada de acesso ao sótão. Segundo o proprietário, a decisão foi preservar apenas a fachada original. No entanto, o telhado original permanece na estrutura, embora tenha sido ocultado internamente pela construção de uma laje que originou o sótão quando o imóvel foi adquirido na década de 1990.

5.1.4 Casa dos pináculos

Figura 21 - Casa dos pináculos



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Figura 22 - Detalhes da fachada, casa dos pináculos



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Situada na rua Major Leal, a edificação de número 126 destaca-se como a mais antiga da via. De acordo com relatos de Francisca Zilmar, proprietária há nove anos e moradora há 23, o imóvel pertenceu à família Leal, tendo servido como residência do Coronel Mário Leal. Embora não haja registros precisos sobre sua data de construção, a atual proprietária afirma que a casa possui mais de 180 anos de existência. Ao longo de sua história, o imóvel funcionou como escola pública e agência de correios, mantendo sua planta original durante esses períodos. No entanto, não foi possível determinar os anos exatos em que exerceu tais funções.

A fachada da edificação apresenta composição simétrica e ornamentação típica do ecletismo.⁸⁵ As aberturas das esquadrias são envoltas por molduras curvas, elementos que conferem verticalidade e sofisticação à composição. Um dos principais elementos visuais é a platibanda, marcada por uma cimalha e ornamentada com elementos em forma de pináculos que se eleva acima da linha da cobertura e oculta o telhado, assim como os desenhos dispostos linearmente, dando composição e ritmo à parede (Figura 22).

⁸⁵ O ecletismo é um estilo arquitetônico que combina elementos de diferentes correntes estéticas, como neoclássico, neogótico, art nouveau e barroco. Essa fusão resultou em edificações com fachadas ornamentadas e o uso expressivo de elementos decorativos.

Figura 23 - Detalhe esculpido de portas internas, residência n° 126



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Figura 24 - Abertura com detalhe em arco, residência n° 126



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

A residência passou por algumas reformas após ser adquirida pela atual proprietária. Entre as alterações realizadas, destacam-se as substituições das esquadrias externas, a remoção do forro de madeira em parte do imóvel e a instalação de forro em PVC em toda a edificação. Quanto à distribuição espacial, o banheiro, originalmente localizado na área externa, foi integrado ao interior da casa, enquanto um dos quartos, localizado nos fundos da residência foi convertido em garagem e parte em área de lazer, tendo acesso pela rua Pe. Ancelmo Viana. Atualmente, o piso é revestido em porcelanato, mas em sua configuração original, era em madeira, posteriormente substituído por ladrilho hidráulico. Ainda é possível observar os detalhes ornamentais em todas as portas internas esculpidas diretamente na parede, exemplificando as técnicas decorativas da época (Figura 23), bem como o arco pleno em semicircunferência presente na abertura que dá passagem para a cozinha (Figura 24).

5.1.5 Casa do maestro Álvaro Correia

Figura 25 - Residência nº 101



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Conhecida como a antiga residência do maestro Álvaro Correia, a propriedade pertencia à família de Olga Luna, esposa do maestro. Construída por volta de 1902, a edificação destaca-se como uma das mais emblemáticas para a comunidade jucaense, tendo servido como local de ensaios e encontros da banda Padre Pio⁸⁶. Atualmente, a edificação encontra-se abandonada, com sinais de deterioração. Ao longo dos anos, a casa passou por modificações, como a modificação do alpendre do lado esquerdo com a criação de uma platibanda e a transformação do alpendre lateral direito em garagem após a década de 1960 – originalmente, a construção apresentava alpendres em ambos os lados (Figura 26).

Destaca-se que, em 1958, o maestro foi responsável pela implantação de uma moageira na cidade, a qual se localizava ao lado de sua residência (Figura 27). Conforme relatos, o empreendimento facilitou o processamento de grãos e contribuiu para o desenvolvimento econômico da região, sendo amplamente reconhecida por sua serventia à população.

⁸⁶ Considerado patrimônio imaterial da cidade, a banda Padre Pio foi criada em 1910 pelo então padre do município de mesmo nome. Em sua fundação a banda chamava-se Filarmônica São Mateuense, passando a designar-se de Padre Pio somente em 1960.

Figura 26 – Casa do maestro antes da reforma, década de 1950



Fonte: Acervo pessoal de Eliane Barros

Figura 27 – Antiga moageira de Álvaro Correia



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

A estrutura da casa conserva seus quatro cômodos originais: sala, quarto, sala de jantar e cozinha, todos interligados por portas internas. Além disso, a residência possui janelas em suas duas laterais e cobogós na parede da garagem, elementos que favoreciam a ventilação natural. Ao analisar a edificação, percebe-se que ela apresenta traços característicos da arquitetura vernacular nordestina, destacando-se elementos como o alpendre, a quantidade de janelas e o telhado em duas águas com cumeeira alta.

A composição central da fachada apresenta uma organização simétrica, com a presença de elementos ornamentais como os símbolos acima das janelas e no frontão, que se destaca como elemento dominante da fachada, conferindo identidade ao conjunto. Embora na figura 26 os ornamentos e a cimbalha não apareçam na foto, é importante destacar que em outra imagem de ângulo diferente e da mesma década, esses elementos já estão inseridos na residência.

5.1.6 Casa moderninha

Figura 28 – Casa moderninha



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Figura 29 – Fachada casa moderninha



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Construída por volta de 1960, a residência de número 12 configura-se como o único exemplar com características da arquitetura moderna das edificações escolhidas para este trabalho. Localizada entre as ruas Raimundo Menezes e Francisco André, a casa foi moradia de

Galdino, um ferreiro, pedreiro e marceneiro que, segundo relatos, foi o próprio responsável pela construção do imóvel, que nela instalou também seu espaço de trabalho e foi o responsável pela construção da edificação, segundo relatos dos atuais proprietários, Edival Lucas e Maria de Lourdes, residentes no imóvel há 42 anos.

Ao longo de sua história, o imóvel sofreu algumas reformas, particularmente em seu interior, onde a planta original foi adaptada para diferentes usos – inclusive, em determinado período, abrigou um restaurante. As suas fachadas, contudo, preserva sua concepção inicial, com alterações restritas às esquadrias: na fachada frontal as quatro aberturas originais foram reduzidas a duas e as aberturas das janelas do alpendre, foram modificadas em reformas posteriores pelos atuais proprietários.

Figura 30 - Residência nº 12, década de 1960



Fonte: Acervo pessoal de Eliane Barros

A edificação chama a atenção por sua fachada singular, por sua posição elevada em relação ao nível da rua e o jardim que compõe sua fachada frontal, que segundo Maria de Lourdes, já foi um jardim em diferentes níveis, no que hoje é uma laje em frente a mureta frontal (Figura 28). A fachada da residência apresenta uma composição assimétrica de volumetria simples, marcada por um jogo de planos e texturas em alto relevo semelhante a escamas de peixe, caracterizada pelo uso de elementos retangulares modulares que ocupa a maior parte da parede, reforçando o aspecto decorativo da fachada, além da presença dos frisos horizontais (Figura 31). Originalmente, a mureta que cerca toda casa, era composta em cobogó, como o mostrado na figura 30 e posteriormente foi fechado por alvenaria. O modelo do cobogó pode ser visto na figura 32, presente exclusivamente na entrada frontal da residência.

Figura 31 - Detalhes da fachada, residência n° 12



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Figura 32 – Modelo de cobogó que formava a antiga mureta



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

5.1.7 Mercado Público

Figura 33 – Fachada principal do atual Mercado Público



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Construído em 1898, o mercado representou um marco significativo no processo de urbanização e organização socioeconômica da cidade. Sua construção refletiu uma estruturação no comércio local, proporcionando agora um espaço centralizado e uma reconfiguração do tecido urbano, atraindo estabelecimentos comerciais ao seu redor e novas edificações residenciais. Sua edificação simbolizou o início de uma modernização das práticas comerciais e dos espaços públicos, além de marcar a transição de um modelo comercial informal para um ambiente fechado, estruturado e institucionalizado.

Figura 34 - Confraternização social no mercado – fachada direita, década de 1960



Fonte: Acervo pessoal de Eliane Barros

Figura 35 - Fachada principal do Mercado Público, década de 1930



Fonte: Acervo pessoal de Jefferson Batista

Em sua configuração original, as fachadas são marcadas por uma sequência rítmica de arcadas plenas em arco ogival, conferindo à edificação leveza e simetria. Os vãos das portas apresentam regularidade, todos delimitados por molduras simples em relevo, que demarcam os acessos às áreas internas. O edifício caracteriza-se por um volume horizontal, com desenvolvimento linear e simétrico, possuindo aberturas de portas em todos os seus lados.

Ao longo dos anos, o mercado passou por descaracterizações em suas fachadas, como o fechamento de algumas aberturas – exemplificado na Figura 33 – e a substituição dos modelos originais das portas, com a inserção de portões de rolo e outras em madeira, resultando na perda da padronização inicial. Ademais, ao comparar a Figura 35 com a Figura 33, observa-se um número maior de aberturas, o que evidencia as alterações ocorridas no período.

5.1.8 Residência nº 295 e 299

Situadas na rua Joaquim Vieira Nobre, as residências 295 e 299 pertencem à mesma família, a família Correia. De acordo com José Mauro Correia, de 88 anos e proprietário das residências, as edificações pertenciam a seus avós, que adquiriram em 1920. Conforme seus

relatos, a edificação de número 295 era a casa da família, residência que morou sua tia Cely Correia até 1998, uma das primeiras educadoras da cidade e importante musicista do município; e a de número 299 viria a ser anos mais tarde a casa de sua mãe, Nelly Correia.

A atual garagem da residência de número 295 abrigou, em 1959, uma escola pública implantada por Cely Correia e seu sobrinho José Mauro, que atuava como professor. A edificação mantém, em grande parte, suas características arquitetônicas originais, com modificações pontuais restritas à área da cozinha e ao fechamento de algumas aberturas internas. Destacam-se, ainda preservados, o telhado com cumeeira elevada e as portas internas originais. Em contraste, a casa de número 299 passou por alterações em toda sua configuração interna, restando apenas a composição da fachada como elemento remanescente da construção original.

Figura 36 - Residência nº 295



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

A residência de fachada simples e sem ornamentos, caracteriza-se por linhas retas e sem formas geométricas definidas. O conjunto de sua forma apresenta horizontalidade, acentuada por uma platibanda que percorre toda a extensão superior do edifício em um jogo de altura recortada por elementos verticais que se elevam em intervalos regulares, em forma de “pequenas pilastras”, criando um jogo volumétrico sutil e contribuindo para uma variação rítmica do coroamento.

Figura 37 - Residência n° 299



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

A fachada analisada apresenta uma composição simétrica, incorporando elementos característicos do chamado *art déco sertanejo*.⁸⁷ A platibanda, elemento de destaque na composição, possui volume elevado e é ornamentada com elementos verticais e um coroamento central curvo, desempenhando a função de ocultar a cobertura ao mesmo tempo em que confere valor estético à edificação. O revestimento em pedra aplicado na porção inferior da fachada, assim como observado em outras edificações, evidencia intervenções posteriores e reflete as transformações estéticas ocorridas ao longo do tempo, como algo que se tornou popular nas construções da cidade.

⁸⁷ O *art déco sertanejo* é uma adaptação regional do estilo arquitetônico *art déco*, caracterizado por linhas geométricas, formas simplificadas e elementos decorativos estilizados, reinterpretada no contexto do sertão brasileiro. Destaca-se pela hierarquização das fachadas, formas escalonadas nas platibandas e composições volumétricas que integram prismas, cilindros, planos e contornos arredondados, unindo modernidade e identidade regional.

5.1.9 Residência Carnaúba

Figura 38 – Residência Carnaúba



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

A residência pertencente a Luís Carnaúba, proprietário há mais de 50 anos, localiza-se na Rua Joaquim Vieira Nobre. Atualmente com 100 anos de idade, o proprietário, em razão de sua avançada idade, não pôde fornecer informações precisas acerca da história da edificação. Construída em meados do século XX, a casa apresenta influências do estilo art déco, destacando-se por sua fachada singular, composta por formas geométricas marcantes, como o arco pleno emoldurado que envolve a porta principal. As janelas recortadas, adornadas com vitrais coloridos, enriquecem a estética da fachada e ampliam sua expressividade visual. Complementam esse conjunto os elementos da platibanda ornamentada, com destaque para os frisos verticais simetricamente dispostos sobre relevos retangulares.

Figura 39 - Arcos plenos presente nos vãos internos, residência n° 245



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Figura 40 – Detalhes ornamentais em porta interna, residência n° 245



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

A edificação apresenta cumeeira elevada e piso em cimento queimado, soluções arquitetônicas que contribuem significativamente para o conforto térmico no interior da residência. A utilização de arcos plenos nos vãos, presentes tanto na fachada quanto nos ambientes internos (Figura 39), constitui uma característica recorrente, típica das construções do mesmo período. Tais vãos exercem simultaneamente funções estruturais e estéticas. Sob o aspecto estético, os arcos promovem uma maior fluidez espacial, suavizando a transição entre os ambientes. Esse efeito é intensificado pelo uso de peitoris, os quais delimitam os espaços sem comprometer a integração visual entre os cômodos. Ademais, a presença de elementos ornamentais vazados nas portas (Figura 40) reforça outra característica também observada em edificações previamente analisadas.

5.1.10 Residência Lima Verde

Figura 41 – Residência Lima Verde



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Localizada na rua Joaquim Vieira Nobre, a residência de número 215, conforme os relatos de Rita de Cássia Leite de Oliveira, residente no imóvel há aproximadamente 35 anos juntamente com seus irmãos, a edificação em questão é uma das primeiras construídas na referida rua no início do século XX. Originalmente pertencente a Crebilon Lima Verde, primeiro farmacêutico da cidade, a casa passou por reformas internas há cerca de dez anos, mantendo-se preservada apenas a fachada principal. Contudo, alterações foram realizadas na extensão a direita, atualmente adaptada para garagem.

Do ponto de vista arquitetônico, a fachada caracteriza-se por um volume compositivo horizontal, marcado pela presença de uma platibanda contínua que atua como elemento de coroamento. Esse efeito é reforçado pela cimalha que percorre toda a sua extensão, delimitando visualmente a divisão entre o corpo da edificação e o remate superior. A disposição simétrica

dos vãos, emoldurados por relevos de função estética, confere à construção um notável equilíbrio visual.

5.1.11 Antiga Usina de Algodão

Figura 42 - Antiga Usina de Algodão



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025)

Fundada em 25 de setembro de 1949 por Leontino Rolim, a antiga usina de algodão consolidou-se como um dos principais empreendimentos comerciais da região. A edificação, de caráter industrial e grande porte, apresenta uma planta longitudinal composta por módulos retangulares dispostos em sequência. Sua estrutura é marcada por um ritmo regular de vãos, definidos por janelas e portas retangulares dispostas em série, intercaladas por pilastras verticais que reforçam a simetria da composição arquitetônica.

Predominam as janelas do tipo veneziana, solução que favorecia a ventilação natural, adequada às necessidades funcionais do espaço produtivo. A fachada, desprovida de ornamentações excessivas, reflete o caráter utilitário da construção, mas destaca-se pela expressividade de sua repetição modular e pela imponência do conjunto.

Apesar de intervenções pontuais ao longo do tempo, a edificação conserva traços originais significativos, que remetem à sua função histórica. Seu valor patrimonial, tanto histórico quanto arquitetônico, reforça sua importância no contexto urbano em que se insere, configurando-se como testemunho material de um período relevante para o desenvolvimento local.

6 ONDE A HISTÓRIA MORA, A CIDADE VIVE – CARTILHA PATRIMONIAL

Este capítulo apresenta a proposta da cartilha de educação patrimonial voltada ao município de Jucás, articulada aos temas centrais abordados ao longo da pesquisa. O material foi elaborado com foco no público juvenil, especialmente os estudantes do ensino fundamental II das escolas da rede municipal e do ensino médio, e tem como objetivo sintetizar informações históricas sobre o processo de urbanização da cidade, bem como destacar edificações históricas identificadas e analisadas neste trabalho.

Intitulada *Onde a história mora, a cidade vive*, a cartilha reúne os dados coletados durante a pesquisa sobre Jucás, apresentando-os de maneira acessível, com linguagem clara e recursos visuais que tornam o conteúdo mais atrativo e compreensível. O uso de fotografias antigas, combinadas a ilustrações das residências, contribui para dar “rosto” à memória da cidade, permitindo que o material seja compreendido não apenas pelos estudantes, mas também por diferentes públicos interessados na história local.

Figura 43 - Capa Cartilha: Onde a história mora, a cidade vive



Fonte: Autoria própria (2025)

Figura 44 – História da formação urbana da cidade



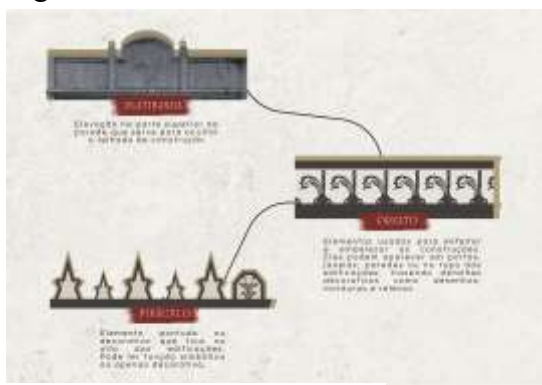
Fonte: Autoria própria (2025)

A proposta pedagógica da cartilha busca proporcionar uma experiência visualmente atrativa, utilizando cores vivas e elementos gráficos que favorecem o engajamento do leitor. Entre os tópicos abordados, destaca-se “De Jucás a São Mateus”, que trata do processo de formação do núcleo urbano, desde o surgimento do povoado até sua consolidação como município, contextualizando os principais fatores que impulsionaram seu desenvolvimento. Na sequência, são introduzidos os conceitos fundamentais relacionados ao patrimônio cultural,

possibilitando ao leitor uma compreensão mais ampla sobre a importância da preservação desses bens para a identidade coletiva e a memória histórica de Jucás.

Complementando o conteúdo, a cartilha apresenta um dicionário ilustrado com a definição de alguns elementos arquitetônicos presentes nas edificações analisadas (Figura 45). A inclusão desse recurso se mostra necessária para introduzir previamente determinados termos técnicos, facilitando, assim, a compreensão dos conteúdos que serão abordados nos tópicos seguintes. No tópico intitulado *Conhecendo a arquitetura da cidade*, são apresentadas ao leitor onze edificações que, em sua maioria, preservam as características arquitetônicas originais, sendo identificadas, individualmente, por elementos distintivos presentes em suas fachadas ou a quem pertenceu. A partir desse ponto, a cartilha passa a detalhar, individualmente, cada uma das construções catalogadas, destacando elementos arquitetônicos presentes nas fachadas e oferecendo uma breve contextualização histórica de cada exemplar arquitetônico (Figura 46).

Figura 45 - Modelo dicionário ilustrativo



Fonte: Autoria própria (2025)

Figura 46 - Apresentação das edificações



Fonte: Autoria própria (2025)

Por fim, mais do que um material de consulta, a cartilha se configura como uma ferramenta de aproximação entre passado e presente, convidando o leitor a reconhecer no espaço urbano vestígios de histórias, práticas e modos de vida que moldaram a identidade local. Ao apresentar as edificações históricas de forma contextualizada e detalhada, desperta-se o olhar crítico e afetivo sobre o patrimônio, incentivando sua preservação e valorização como herança comum. Assim, a cartilha não se limita apenas a registrar e catalogar bens arquitetônicos, mas assume a função de fortalecer vínculos identitários, promover a conscientização histórica e estimular a participação da população numa construção que respeite e mantenha vivas as marcas de sua trajetória.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho desenvolveu uma análise aprofundada sobre a importância da preservação do patrimônio cultural edificado, com ênfase no contexto urbano e histórico da cidade de Jucás. Ao reconhecer o patrimônio como elemento constituinte da identidade e da memória coletiva da cidade, buscou-se destacar a necessidade de promover ações que estimulem o sentimento de pertencimento e de afeto pelos espaços históricos. Dessa forma, a pesquisa abordou a relevância da preservação do patrimônio histórico do município de Jucás, discutindo o papel essencial da sociedade na valorização e proteção desses bens, muitas vezes esquecidos, mas profundamente enraizados na memória social.

A elaboração da cartilha patrimonial mostrou-se capaz de estimular o engajamento da comunidade local, evidenciando que a preservação do patrimônio cultural está diretamente ligada à participação social ativa. Esse envolvimento reforça a ideia de que a salvaguarda do patrimônio não deve ser vista como uma ação isolada ou restrita a órgãos institucionais, mas sim como um processo coletivo e contínuo. Com isso, o estudo revelou a importância de preservar e catalogar a memória arquitetônica de Jucás, assim como de fortalecer a identidade cultural de uma comunidade onde esses temas ainda são pouco abordados.

A pesquisa também contemplou o percurso histórico de formação da malha urbana da cidade, identificando a influência de fatores religiosos e econômicos nos primeiros núcleos de povoamento. A doação de terras a São Mateus e a instalação de uma capela atuaram como marcos iniciais no processo de organização do espaço urbano, que se consolidou a partir da articulação de rotas comerciais, como as estradas das boiadas, e pela economia algodoeira, elementos determinantes na consolidação da antiga vila de São Mateus.

Entretanto, é necessário reconhecer algumas limitações enfrentadas ao longo do desenvolvimento do trabalho, como a escassez de registros documentais históricos da cidade, o que exigiu uma triangulação constante entre fontes orais, bibliográficas e iconográficas. Ainda assim, tais desafios não comprometeram a qualidade dos dados obtidos, mas apontam para a necessidade de uma continuidade das pesquisas, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento urbano da cidade ao longo dos anos e o mapeamento de edificações ainda não catalogadas, bem como à ampliação do uso de metodologias participativas nas ações de educação patrimonial.

Contudo, é importante ressaltar que a eficácia da cartilha como instrumento de salvaguarda depende de sua integração a políticas públicas mais amplas, que garantam sua distribuição, atualização e aplicação prática em ações continuadas de educação patrimonial.

Assim, a divulgação da cartilha patrimonial constitui etapa fundamental para assegurar que seu conteúdo atinja efetivamente a população jucaense, contribuindo para a disseminação do conhecimento sobre a importância da preservação do patrimônio cultural local. A distribuição do material na biblioteca municipal representa uma estratégia central, uma vez que este espaço se configura como um ponto de referência cultural e educativo, frequentado por diferentes segmentos da comunidade. Para ampliar ainda mais o alcance da cartilha, é imprescindível a articulação com a Prefeitura Municipal, especialmente por meio da rede pública de ensino. A parceria com as escolas municipais possibilitará a inserção da cartilha no cotidiano dos estudantes, fortalecendo o processo de educação patrimonial desde o ensino fundamental.

Por fim, este estudo reforça a importância da educação patrimonial como eixo fundamental para a preservação cultural. A iniciativa aqui proposta não apenas contribui para a documentação e proteção do patrimônio cultural edificado de Jucás, mas também consolida um compromisso coletivo com a perpetuação de sua memória histórica, fortalecendo os laços entre a comunidade e o patrimônio, assegurando que as futuras gerações reconheçam, valorizem e protejam sua própria história.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Rodrigo Vitorino; FERREIRA, Jane Victal. Narrativas da cidade: uma aproximação entre memória coletiva, cidade e literatura . *Anais do XVII ENANPUR* , v. 1, 2017, pág 3-8

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Regulamenta o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1937, art. 1.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Tradução Luciano Vieira Machado. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, 2014.

CORREA, Sandra & FARIA, Rodrigo. O Plano de Cidades Históricas (PCH) no planejamento governamental brasileiro e o desenvolvimento urbano e regional (1973-1979). *R0i1sco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, 2011. 20. 10.11606/issn.1984-4506.v0i14p20-27.

COSTA, Everaldo Batista. Refuncionalização de patrimônio cultural e a nova racionalidade da organização socioespacial em núcleos urbanos tombados. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, v.6, n. 2, p. 54 – 74, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/496>. Acesso em: 02 dez. 2024.

DANTAS, Ana Carolina. et.al. *Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo*. Brasília: IPHAN, 2020.

DUTRA, Maria Vitória de Moraes. *Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado*. 2017, p. 32-34.

FERREIRA, Anna Cristina; DE ARAÚJO, Natália Vieira. *Habitação em áreas urbanas de valor patrimonial: quem pode morar no centro?* In: FERREIRA, Anna Cristina et al (Orgs.). *A cidade não para e a memória não perece: a preservação patrimonial e as transformações urbanas na contemporaneidade*. Porto alegre: Editora FI, 2020. 20 – 50 p. ISBN 978-85-5696-789-3.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim. Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 27esp, p. 55–89, 2019. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp55-89. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/159666>.. Acesso em: 26 fev. 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. Ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2009, p. 81.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 66, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo, SP, Brasil: REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999. p. 4 e 5.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Jucás–Ceará, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/jucas.html>. Acesso em 02 dez. 2024.

ICOMOS. DECLARAÇÃO DE QUÉBEC. Sobre a preservação do "Spiritu loci". 16ª Assembleia Geral do ICOMOS e dos festejos do aniversário de 400 anos da fundação de Québec. Québec: ICOMOS, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação* / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília-DF, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)*. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programa-nacional-do-patrimonio-imaterial-pnpi>. Acesso em: 23 fev. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 81, p. 6, 29 abr. 2016b.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. PRIMÓRDIOS DA REDE URBANA CEARENSE (primeiro ápice da formação do sistema urbano cearense). *Mercator*, Fortaleza, c. 8, n. 16, pág. 77 a 102, outubro de 2009. ISSN 1984-2201. Disponível em:
< <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/40> >. Acesso em: 08 jan. 2025.

MONGELLI, Mônica. *Natureza e cultura: práticas de preservação patrimonial no brasil*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p.53.

MOURÃO, Júnior, C. A. & Faria, N. C. *Memória*. *Revista de Psicologia Reflexão e Crítica*, v.27, n. 1, p. 780-788, 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/prc/a/kpHrP364B3x94KcHpCkVkQM/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 06 fev.2025

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 45–67, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19969>. Acesso em: 8 fev. 2025. p. 56

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 05 jan. 2025.

NUNES, Izaurina Maria De Azevedo; ARAÚJO, Robson. *Aprendendo sobre o nosso patrimônio Cultural*. São Luís, MA: IPHAN, 2022.

OLIVEIRA, Livia Nobre de. *Arcaicó, modo de amar: proposta de boas práticas para o casario antigo caicoense*. Natal, RN, 2021. Disponível em:
<https://livianobre.wixsite.com/arcaico>

OLIVEIRA, T. D, MUSSI, A. Q., & ENGERROFF, F. Z.. (2020). A preservação do patrimônio arquitetônico e suas relações com o planejamento e desenvolvimento urbano. *Revista Missioneira*, 22(1), 23-34. Disponível em
<https://doi.org/10.31512/missioneira.v22i1.204>

PAOLI, Maria Célia. *Memória, história e cidadania: o direito ao passado*. In. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

PESAVENTO, S. J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 2, n. 4, p. 9-18, 2005. p. 14.

PESAVENTO, S. J. História, Memória e Centralidade Urbana. *Revista Mosaico-Revista de História*, Goiânia, Brasil, v. 1, n. 1, p. 3–12, 2008. DOI: 10.18224/mos.v1i1.225. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/225>. Acesso em: 02 dez. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

RECOMENDAÇÃO PARIS PAISAGENS E SÍTIOS. *Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura*. Paris, 1962.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. 2ª edição, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Maria C. T. M. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

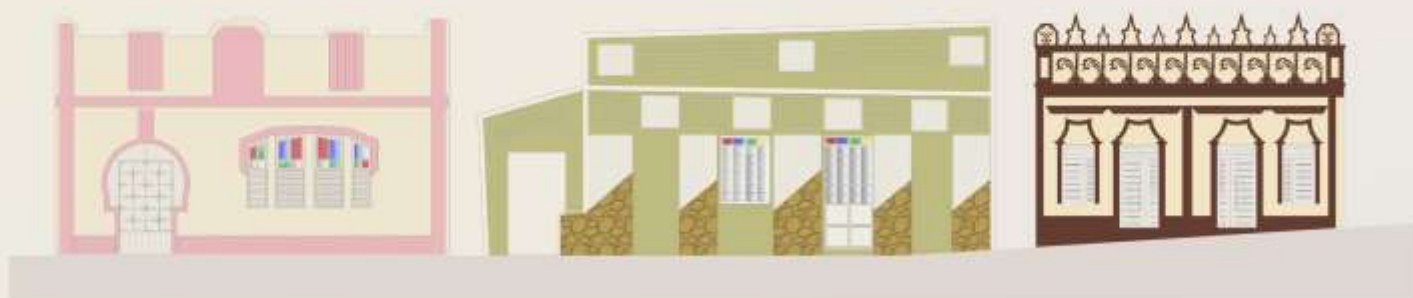
SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, n. 19, p. 80–108, 2015. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i19p80-108. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/90786>.. Acesso em: 25 fev. 2025.

UNESCO. *Recomendação Paris Paisagens e Sítios*. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Paris: UNESCO, 1962.

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Editora WMF, 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999. p. 4 e 5.

APÊNDICES



**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE A
RESPEITO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO LOCAL**

1. Idade

- ☐ Menor de 18 anos
- ☐ Entre 18 e 35 anos
- ☐ Entre 36 e 55 anos
- ☐ Entre 55 e 65 anos
- ☐ Acima de 65 anos

2. Gênero

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro

3. Você nasceu em Jucás? Se não, há quanto tempo mora na cidade

- ☐ Sim
- ☐ Não: _____

4. O que você entende por "patrimônio cultural"?

- ☐ Monumentos e prédios antigos
- ☐ Tradições, festas e costumes
- ☐ Histórias e memórias da comunidade
- ☐ Outro: _____

5. Você sabe a importância da preservação do patrimônio cultural de uma cidade?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Parcialmente

6. Você acha importante preservar as edificações históricas da cidade?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Indiferente

7. Você tem interesse em conhecer mais sobre a história de Jucás e seu patrimônio cultural edificado?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Indiferente

Nesta seção, apresentaremos imagens de edificações locais. Observe atentamente e selecione as que você considera mais importantes para a memória histórica da cidade.

8. Entre os edifícios públicos abaixo, marque até 3 (três) que, na sua opinião, são importantes para a história da cidade:

☐ Igreja Matriz



☐ Mercado Público



☐ Biblioteca pública municipal



☐ Antiga usina de algodão



9. Entre as residências abaixo, marque até 4 (quatro) que você considera significativas para a história da cidade:



10. Você conhece outras edificações (públicas ou privadas) que julga importantes e que não estão nas opções acima? Se sim, indique quais e onde se localizam:

() Sim. _____

() Não

11. Você acredita que preservar as edificações mais antigas da cidade é importante?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei opinar

Por quê?

12. Na sua opinião, qual é a principal importância desses edifícios antigos para a cidade?

☐ Identidade e memória local

☐ Valor arquitetônico e estético

☐ Turismo e geração de renda

☐ Uso funcional (ainda são utilizados no dia a dia)

☐ Outro: _____

13. O que você acredita que pode ser feito para preservar essas edificações?

14. Você participaria de ações comunitárias para preservar o patrimônio arquitetônico da cidade?

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

APÊNDICE B – MODELO DAS ENTREVISTAS

CASA Nº :

Entrevistado (a):

Endereço:

1. DADOS GERAIS

1. Há quanto tempo o(a) senhor(a) mora nesta casa?
2. A casa foi adquirida por: () compra () herança () doação () outro:
3. Quem eram os antigos proprietários? Conhece alguma história sobre eles?

2. HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO

4. Em que ano aproximadamente a casa foi construída? Há registros (documentos, fotos) dessa época?
5. Sabe quem projetou ou construiu a casa? (arquiteto, mestre de obras, antigos donos).
6. A casa sofreu reformas ou ampliações? Quais e quando?
7. Há elementos originais preservados? (pisos, portas, janelas, azulejos, forros, etc.).

3. MEMÓRIAS

8. Qual a história mais marcante que viveu ou ouviu sobre esta casa?
9. Existem lendas, causos ou tradições associadas a ela?
10. Como era o bairro quando a casa foi construída? O que mudou?
11. Há objetos ou móveis antigos na casa que tenham valor sentimental/histórico?

4. CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

12. Quais materiais foram usados na construção? (tijolo, madeira, pedra, etc.).
13. A casa tem estilos arquitetônicos identificáveis? (ex.: colonial, eclético, modernista).
14. Há detalhes artísticos ou técnicas construtivas que chamam atenção? (pinturas, elementos, escadarias).

5. PRESERVAÇÃO

15. O que o(a) senhor(a) acha que torna esta casa especial?
16. Você considera esta casa um patrimônio jucaense? Por quê?
17. Você considera importante preservar essa casa? Por quê?
18. Você conhece ou participa de alguma iniciativa de preservação da memória local?
19. Como você acha que a comunidade poderia se envolver mais na preservação das edificações históricas local?
20. Que mensagem gostaria que a cartilha patrimonial destacasse sobre sua casa?

6. Complemento

- Você teria fotos antigas da casa ou da rua que poderiam ser compartilhadas no trabalho?

onde a **história** mora,
a cidade **vive**

Cartilha Patrimonial da cidade de Jucás - CE



“ Preservar espaços, é também, preservar afetos, porque onde morrem os lugares, morre um pouco daquilo que vivemos neles.”

Roberto Salomão



Alice Maria Gomes Mourão

Arquiteta e Urbanista

Contato: alicegomes3107@gmail.com

Esta cartilha foi elaborada como parte do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Alice Maria Gomes Mourão, no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Semiárido, sob a orientação do professor Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros.

Ao longo da minha formação, percebi que cada edificação e cada elemento cultural compõem não apenas a paisagem urbana, mas também a identidade coletiva que nos une como comunidade. Foi com esse sentimento de pertencimento que busquei desenvolver um trabalho que valorizasse a memória e o patrimônio local, de modo a despertar, especialmente nas novas gerações, o interesse pela preservação da nossa história.

Autor:

Ilustrações:

Revisão técnica:

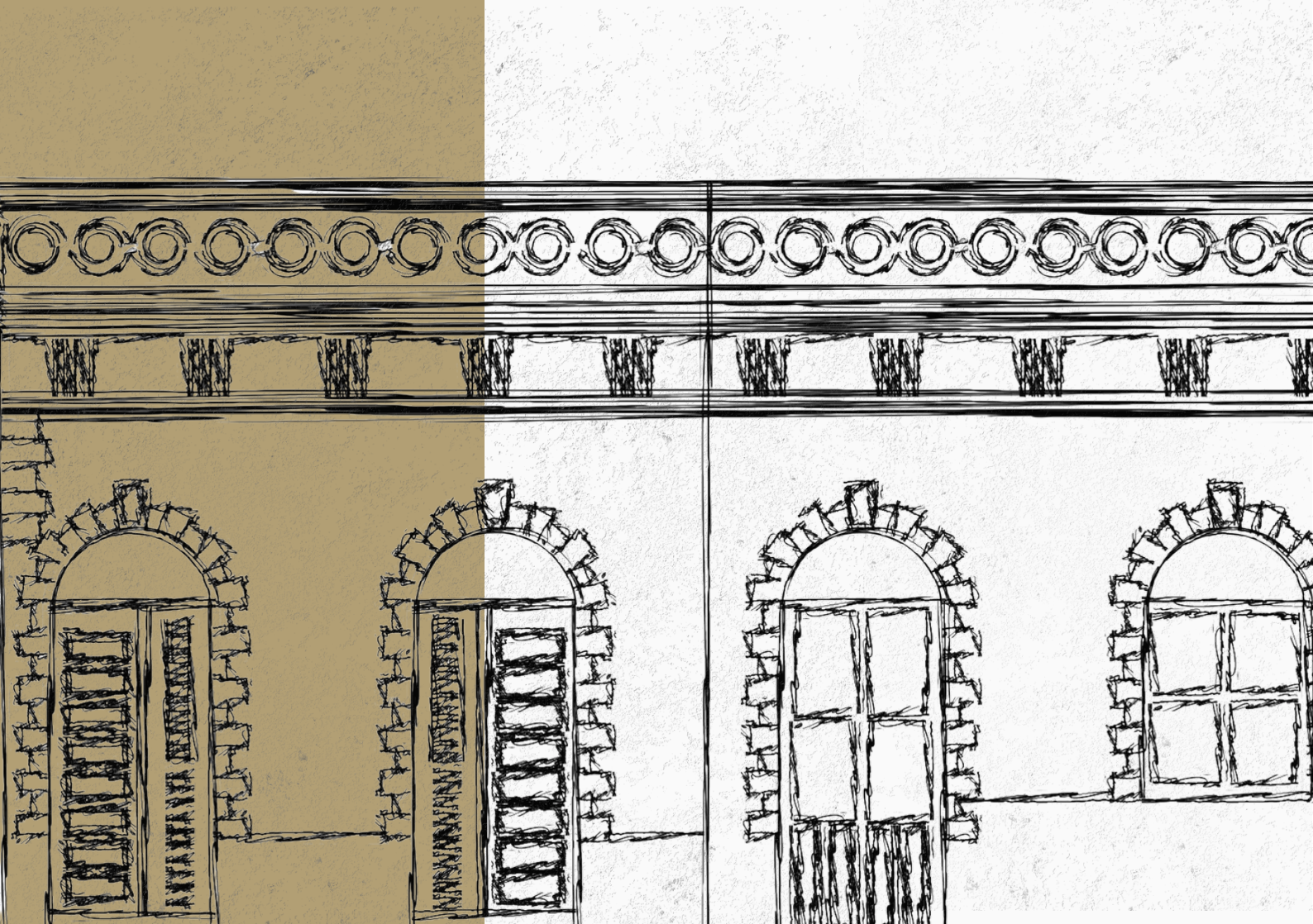
Fotografias Antigas:

Alice Gomes

Alice Gomes

Gabriel Leopoldino

Jefferson Batista e Eliane Barros





Sumário

- ▶ De São Mateus a Jucás: história da cidade.....09
- ▶ Você sabe o que é patrimônio cultural?.....21
- ▶ Dicionário Ilustrativo.....23
- ▶ Conhecendo a arquitetura da cidade.....26





Missa em comemoração ao centenário de Jucás

de jucás a são mateus



A história da cidade de Jucás começa por volta do ano 1707, na margem esquerda do rio Jaguaribe, fator determinante para a fixação dos moradores e para o desenvolvimento da localidade. Naquela época, a criação de gado começou a ser levada do litoral nordestino para o sertão, criando novas estradas para a passagem das boiadas.

Uma dessas estradas era a Estrada dos Inhamuns, que ligava o povoado do Icó ao estado do Piauí. Foi nesse caminho que surgiu a Fazenda São Mateus, próximo a um olho d'água, entre as regiões onde hoje ficam as cidades de Jucás e Saboeiro. Essa fazenda era pertencente a Cosme Ferreira da Silva, que recebeu as terras por meio de um sistema antigo chamado sesmaria, uma forma usada no Brasil colonial para distribuição terras com o objetivo de povoar o território.





Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, final do século XIX

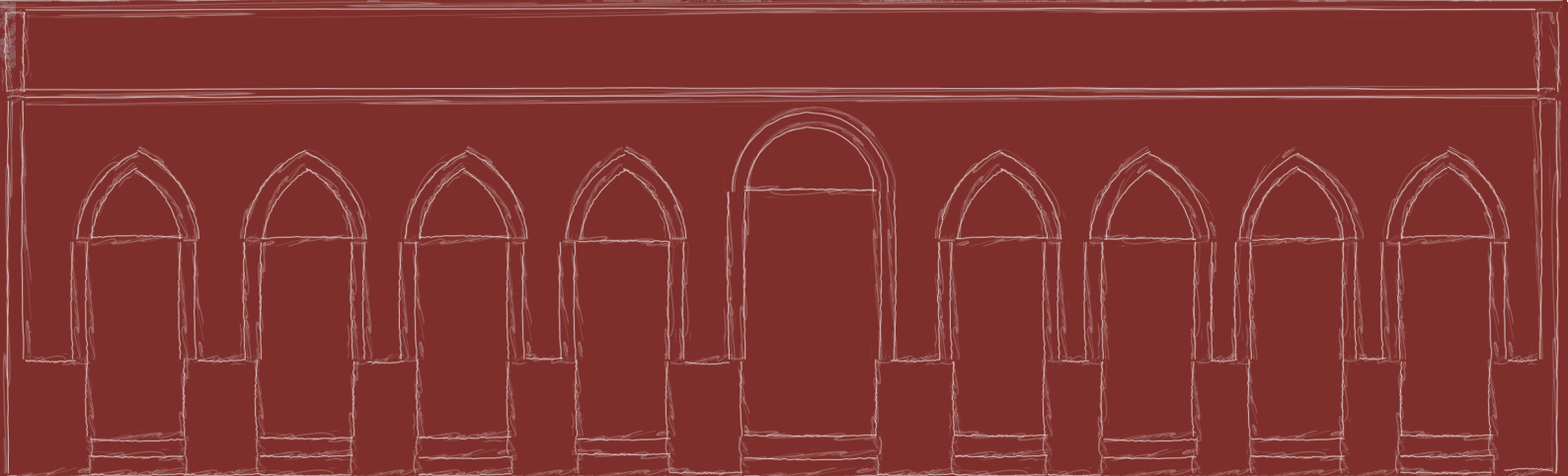
Em 1731 é construída a **capela de São Mateus**, onde hoje se encontra a Igreja Matriz. Construída em 1761, a igreja se tornou o **núcleo central da organização territorial da cidade**. Ao seu redor, foram surgindo as primeiras edificações residenciais, caracterizados por modestos agrupamentos pouco povoados e as principais vias de circulação. A partir dali, começou a se formar o que hoje é o município de Jucás.

Com o crescimento do povoado, **em 1755**, a Capela de São Mateus é elevada à condição de **freguesia**, sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns, desmembrando-se do Icó. **Em 1823**, recebeu o **título de vila**, marcando sua autonomia administrativa. No entanto, em 1853, a vila foi extinta, e a sede é transferida para o distrito de Saboeiro, até que, em 1859, o município foi restaurado e São Mateus passa a ser denominado de **São Mateus dos Inhamuns**, retomando seu nome original em 1893 e, posteriormente, **em 1943**, recebendo a **designação definitiva de Jucás**.





Vista da igreja matriz para o antigo campo, década de 1960



No ano de 1897, foi construído o mercado público, uma das edificações mais antigas do município que ainda se mantém de pé, integrando-se na paisagem urbana como um símbolo da história local. Mais do que um espaço de trocas comerciais, o mercado tornou-se um verdadeiro centro de convivência. Com o passar dos anos, o mercado público consolidou-se como um marco afetivo e cultural, representando a memória viva de um tempo passado.

Alguns anos depois, em 1949, foi implantada no município a Usina de Beneficiamento de Algodão, criada por Leontino Rolim. A usina não apenas modernizou o processamento do algodão, um dos principais produtos agrícola da região na época, mas também trouxe novos empregos, movimentou o comércio e inseriu o município em um circuito econômico mais amplo.

Linha do Tempo

1682

Durante as expedições realizadas pelos colonizadores portugueses, deparou-se com aldeamentos indígenas nas partes altas do Rio Jaguaribe



1731

Construção da Capela de São Mateus, onde hoje se constitui a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, erguida a partir de 1761, surgindo ao seu redor as primeiras casas



1823

São Mateus é elevado a condição de vila, desmembrado do curato do Icó

1707

Estabelecimento da Fazenda de gado São Mateus no sítio Oitis, propriedade pertencente ao sesmeiro Cosme Ferreira da Silva, que recebeu as terras por meio do sistema de sesmarias, após tê-las requerido em setembro 1707



1755

A capela de São Mateus é elevada à condição de freguesia sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns



Linha do Tempo







Alto do Tô, década de 1980



Rua Raimundo Menezes, década de 1960



Rua Joaquim Vieira Nobre, década de 1980

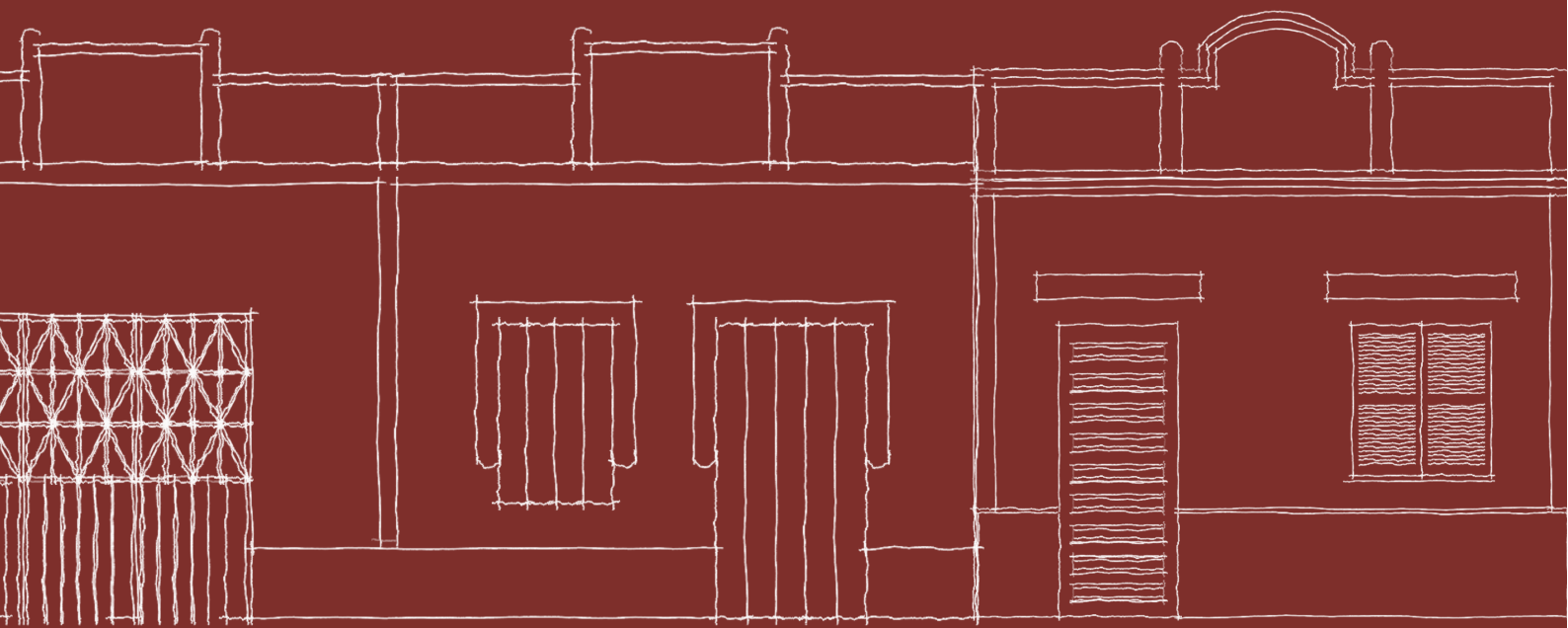


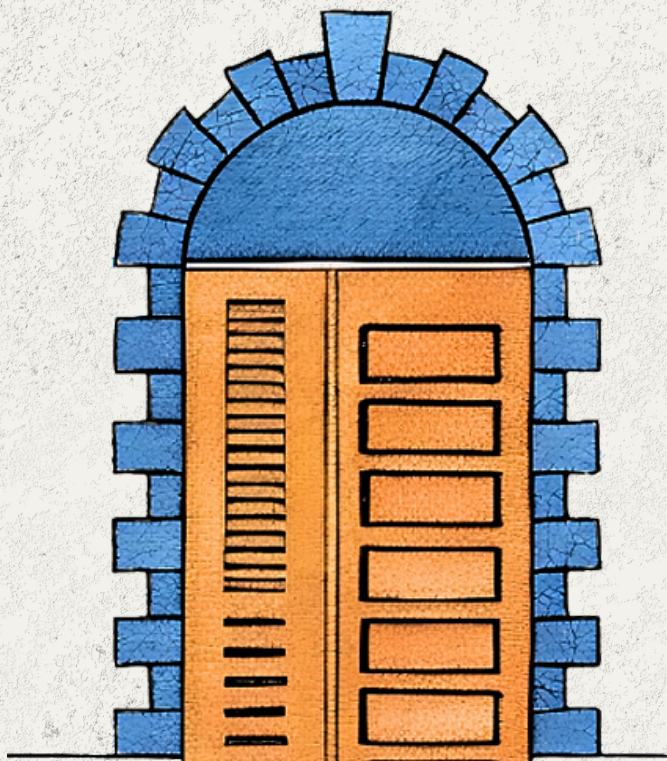
Você sabe o que é
patrimônio cultural?

O termo **patrimônio** faz referência a heranças transmitidas entre gerações, que pode ser **material ou imaterial**, estabelecendo certo grau de ligação entre as pessoas e o espaço que vivem. Entende-se como tudo aquilo que tem **importância histórica e cultural** para a sociedade: festas, **costumes**, **celebrações religiosas, prédios e monumentos**, entre outros.



A **igreja matriz**, a **banda Padre Pio**, os **festejos a Nossa Senhora do Carmo** são exemplos de **patrimônio cultural** da cidade de Jucás.





DICIONÁRIO ILUSTRATIVO



PLATIBANDA

Elevação na parte superior da parede que serve para ocultar o telhado da construção.



ORNATO

Elementos usados para enfeitar e embelezar as construções. Eles podem aparecer em portas, janelas, paredes ou no topo das edificações, trazendo detalhes decorativos como desenhos, molduras e relevos.



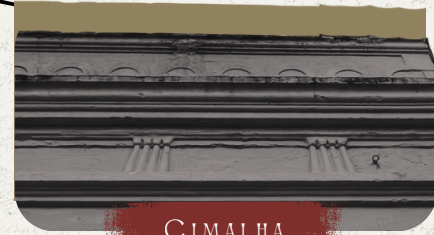
PINÁCULO

Elemento pontudo ou decorativo que fica no alto das edificações. Pode ter função simbólica ou apenas decorativa.



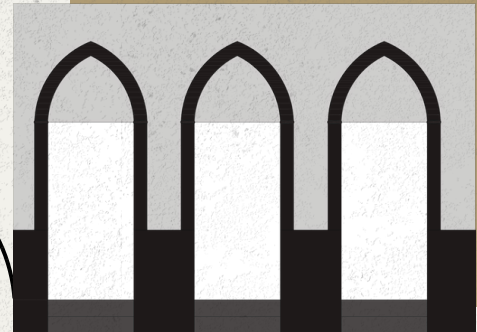
CERCADURA

Elementos usados para e e embelezar as construções. Eles podem aparecer emoldurando portas, janelas ou a platibanda de edificações.



CIMALHA

Elevação na parte superior da parede que serve para ocultar o telhado da construção.



ARCO OGIVAL

Tipo de arco com formato pontiagudo, formado pela união de duas curvas.



Agora que você já descobriu como se deu a formação da cidade e conheceu alguns dos principais elementos arquitetônicos, é hora de voltar a olhar para as construções que permanecem como testemunhas vivas dessa trajetória. Vamos observar, com mais atenção algumas edificações que ajudam a contar a história da cidade juntamente com alguns jogos.





IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO CARMO

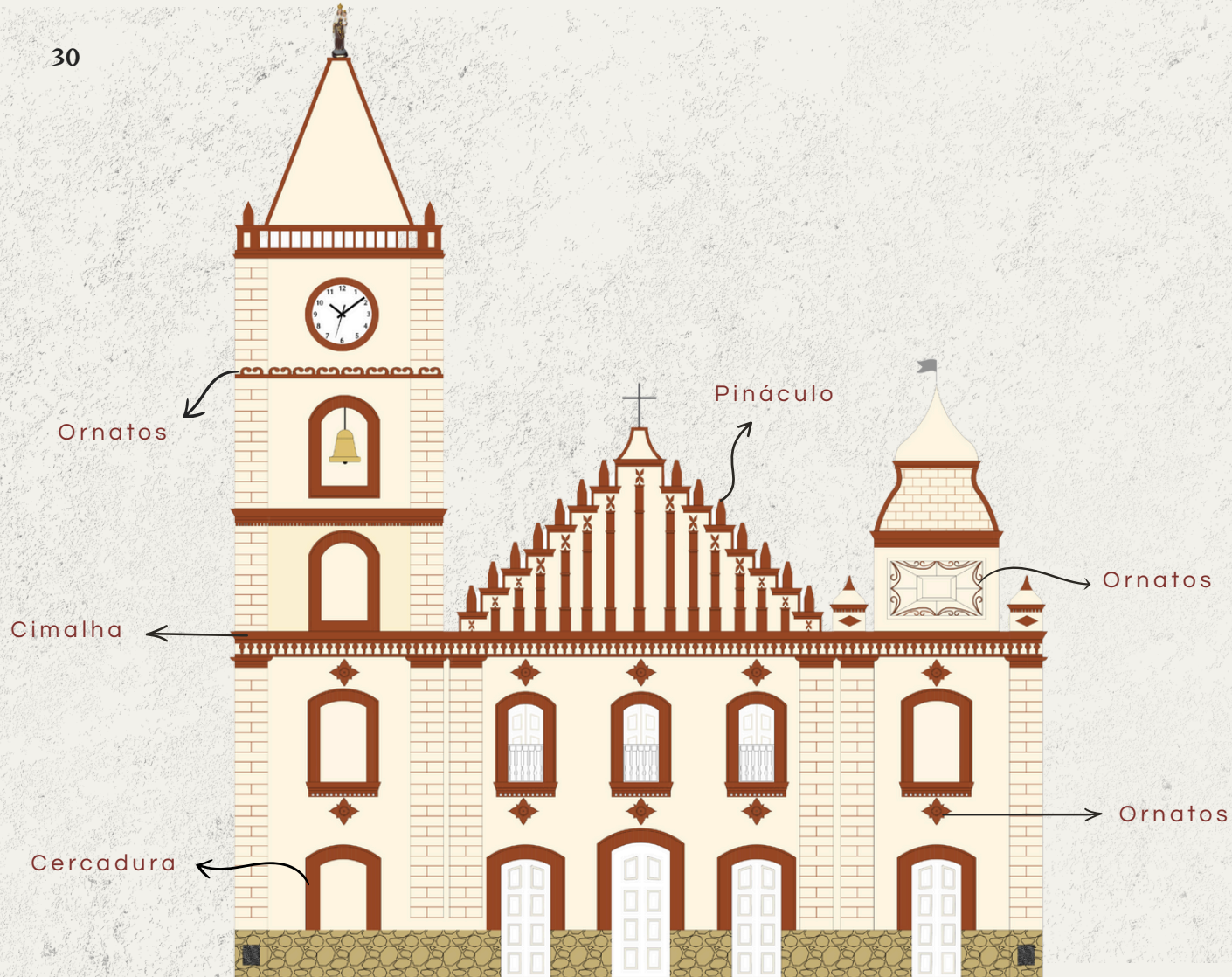
A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo teve sua construção iniciada em 1761 e levou aproximadamente duas décadas para ser concluída. Ela foi erguida no mesmo local onde, em 1731, havia sido construída a antiga capela dedicada a São Mateus e Nossa Senhora da Glória, em terreno doado pelo sesmeiro Cosme Ferreira.





A igreja, de estilo barroco, foi construída em três etapas: primeiro o altar-mor e a sacristia, depois o corpo da igreja, ambos sob responsabilidade do mestre-de-obras João Batista Vieira, pai do Barão de Aquiraz. Por fim, foram feitos os vãos laterais e a torre. 16 de julho de 1947, durante as festividades da padroeira, foi inaugurado o relógio da torre e, em 16 de julho de 1951, colocada a imagem de Nossa Senhora do Carmo em seu topo.





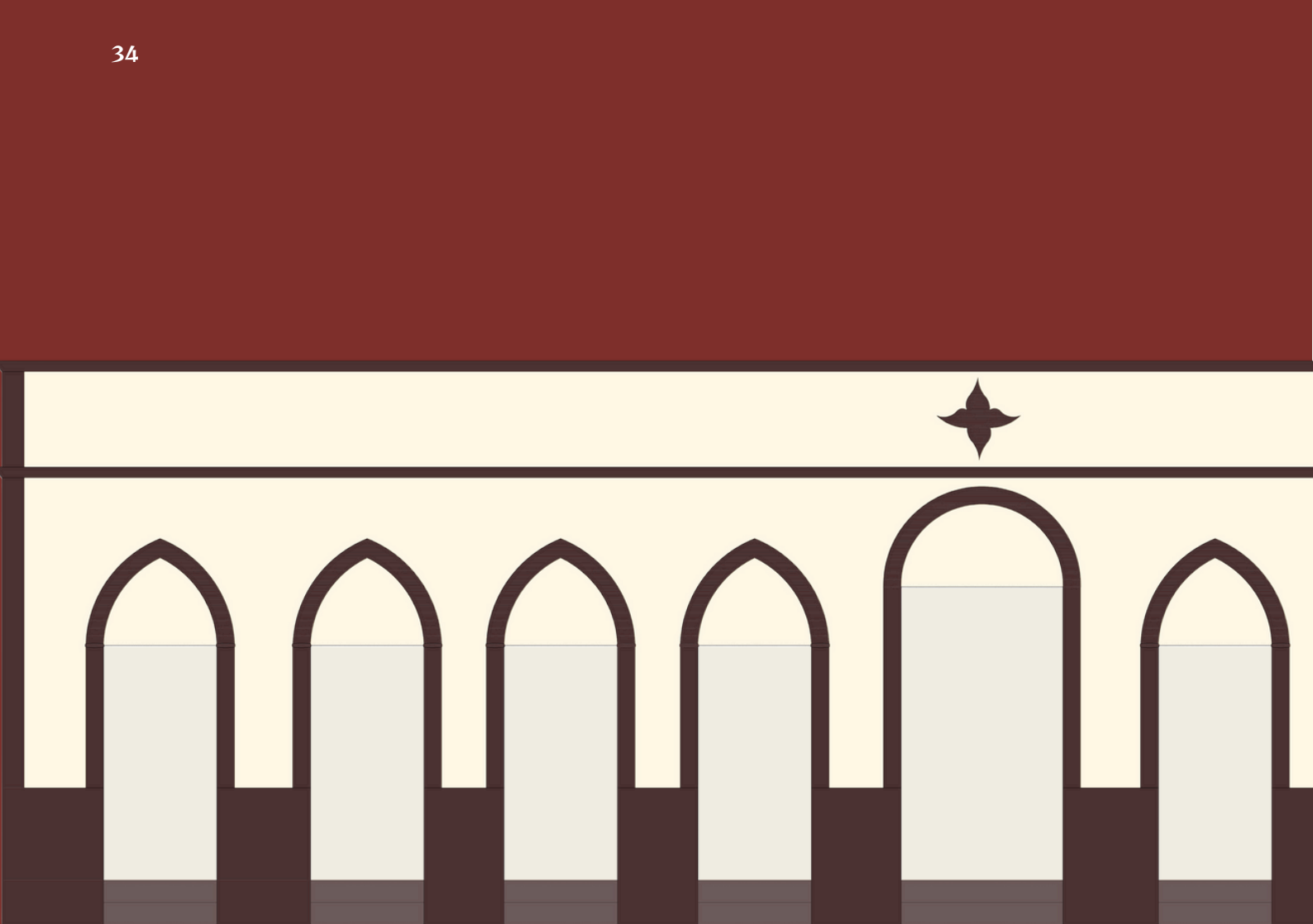




CASA DAS IRMÃS

Conhecida popularmente como a “*casa as irmãs*”, a residência está localizada ao lado da igreja e abrigou na década de 1960 as freiras residentes na cidade. Embora apresente uma volumetria simples e linhas retas, a casa destaca-se na paisagem devido ao seu formato incomum na região, além da presença de um terraço, elemento raro nas construções antigas locais.







MERCADO PÚBLICO

Construído em 1898, o antigo mercado marcou um momento importante na transformação urbana e comercial da cidade. Sua criação centralizou o comércio em um único espaço, atraindo outros comércios e novas moradias ao redor. A fachada da edificação chama atenção pelas aberturas em arco ogival, que criam ritmo na composição. A simetria dos vãos reforçam a harmonia do conjunto, enquanto a platibanda contínua dá volume a construção.

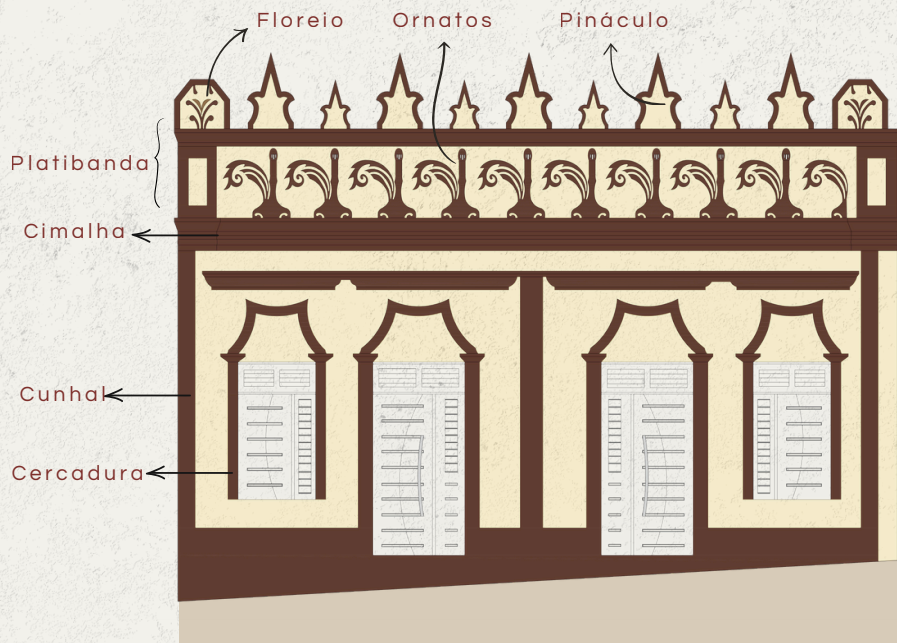
CASAS IGUAIS

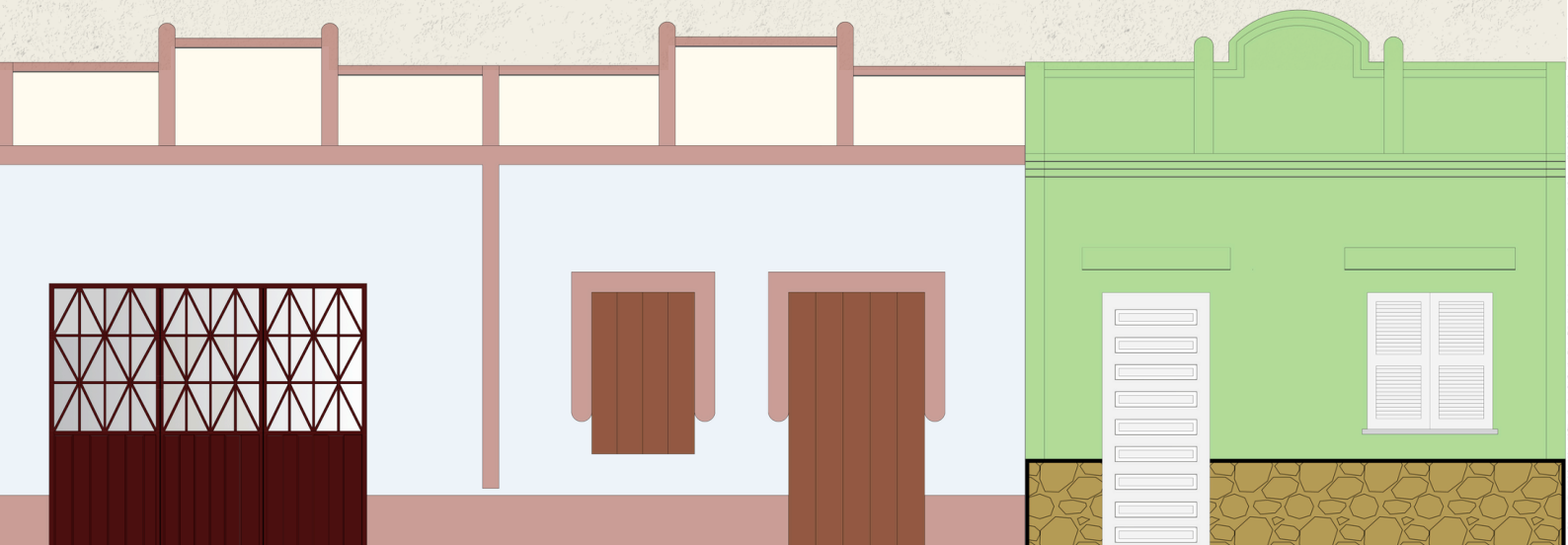
Construída no início do século XX, as residências de número 106 e 110 estão localizadas na rua Major Leal e se caracterizam como uma das mais antigas. Segundo os atuais moradores configuração arquitetônica singular, constituindo-se como um único volume habitacional compartilhado com a unidade vizinha. As fachadas apresentam evidente influência da arquitetura eclética, evidenciada pelo uso de elementos decorativos, como molduras em relevo que contornam as aberturas.



CASA DOS PINÁCULOS

Localizada na Rua Major Leal, a casa de número 126 se destaca por ser a construção mais antiga da rua. O imóvel pertenceu à família Leal e foi residência do Coronel Mário Leal. Ao longo do tempo, teve outros usos, como escola pública e agência dos correios. Sua fachada chama atenção pela simetria e pelos ornamentos característicos do estilo eclético. Um dos destaques visuais é a platibanda, que é finalizada por uma cimalha e decorada com elementos em forma de pináculo.



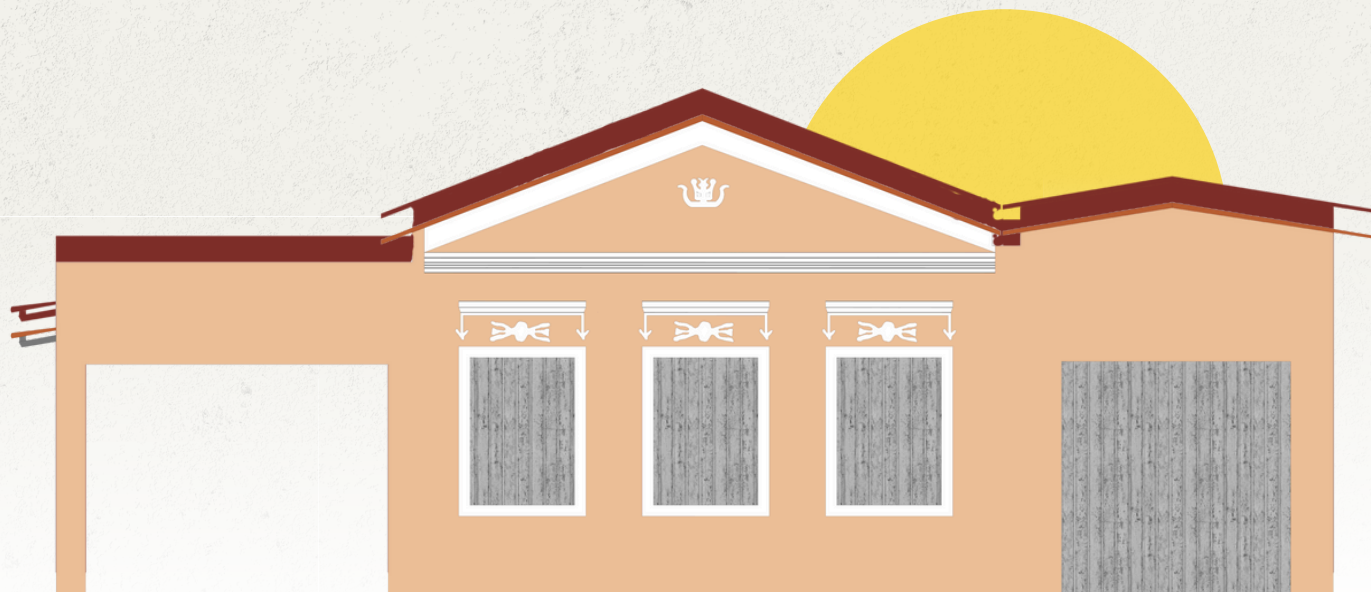


CASA CELY CORREIA

Localizadas na Rua Joaquim Vieira Nobre, as casas de número 295 e 299 pertencem à mesma família, a família Correia, desde 1920. A casa foi o lar de Cely Correia até 1998, uma das primeiras professoras da cidade e uma importante musicista local. Já em 1959, a garagem da casa funcionou como escola pública, criada por Cely e seu sobrinho José Mauro, que também dava aulas. As construções ainda preservam em suas fachadas grande parte de suas características arquitetônicas originais.



CASA DO MAESTRO ÁLVARO CORREIA



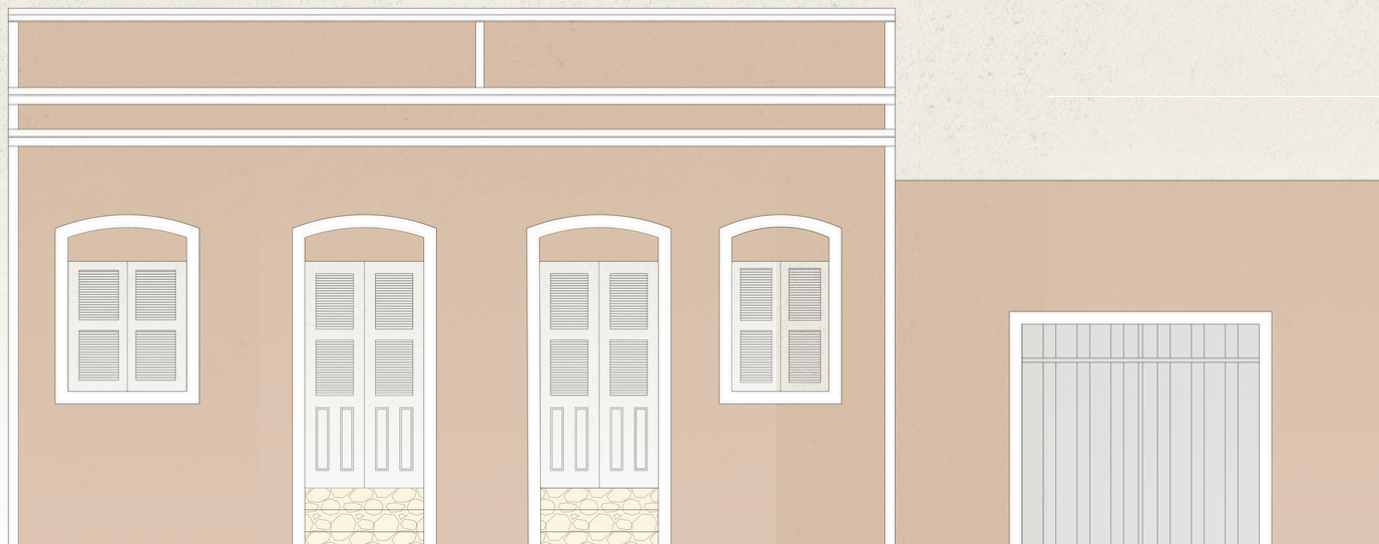
Conhecida como a antiga residência do maestro Álvaro Correia, a propriedade pertence à família de Olga Luna, esposa do maestro. Construída por volta de 1902, a edificação destaca-se como uma das mais emblemáticas para a comunidade jucaense, tendo servido como local de ensaios e encontros da banda Padre Pio. Destaca-se que, em 1958, o maestro foi responsável pela implantação de uma moageira na cidade, a qual se localizava ao lado de sua residência. Conforme relatos, o empreendimento facilitou o processamento de grãos e contribuiu para o desenvolvimento econômico da região, sendo amplamente reconhecida por sua serventia à população.



Casa do Maestro Álvaro Correia, década de 1960

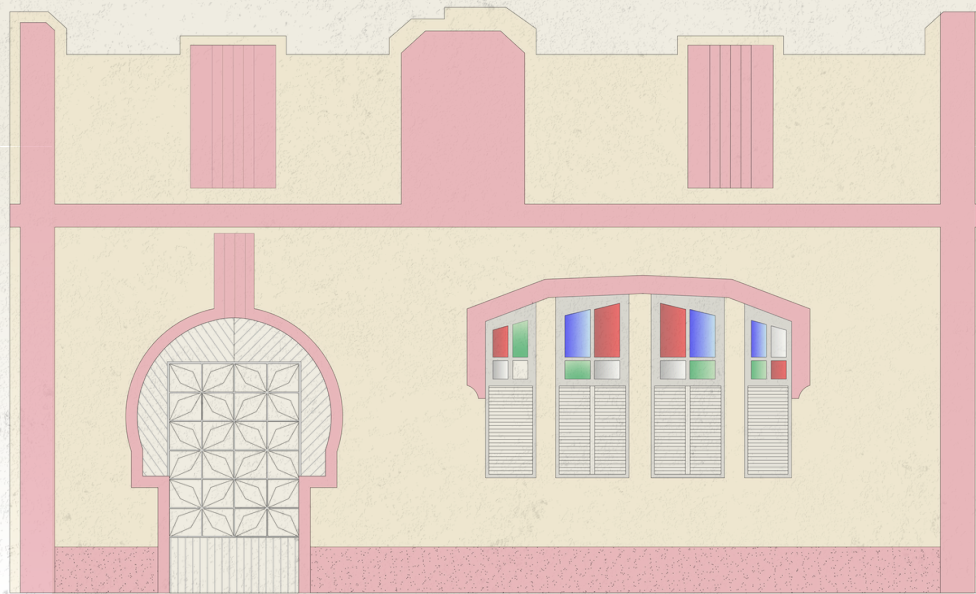
RESIDÊNCIA LIMA VERDE

Localizada na rua Joaquim Vieira Nobre, a residência de número 215, é uma das primeiras construídas na referida rua no início do século XX. Originalmente pertencente a Crebilon Lima Verde, primeiro farmacêutico da cidade. Sua fachada caracteriza-se por um volume compositivo horizontal, marcado pela presença de uma platibanda contínua, enquanto a disposição simétrica dos vãos, emoldurados por relevo possui uma função estética.



RESIDÊNCIA CARNAÚBA

A residência pertencente a Luís Carnaúba, de 100 anos de idade e proprietário há mais de 50 anos, localiza-se na Rua Joaquim Vieira Nobre. Construída em meados do século XX, a casa apresenta influências do estilo art déco, destacando-se por sua fachada singular, composta por formas geométricas marcantes, como o arco pleno emoldurado que envolve a porta principal. As janelas recortadas, adornadas com vitrais coloridos, enriquecem a estética da fachada.



CASA MODERNINHA

Construída por volta de 1960, a residência de número 12 configura-se c como um exemplar com características da arquitetura moderna. Localizada ao lado do cemitério São Mateus, a casa foi moradia de Galdino, ferreiro, pedreiro e marceneiro da cidade e responsável pela construção da edificação. Além da função de moradia, a residência abrigou um restaurante. As suas fachadas, contudo, preserva sua concepção inicial, com alterações restritas às esquadrias.





"Casa moderninha" na década de 1960

